



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 550,00

| | | |
|--|--|---|
| <p>Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».</p> | <p>ASSINATURA</p> <p>Ano.</p> <p>As três séries Kz: 470 615.00</p> <p>A 1.ª série Kz: 277 900.00</p> <p>A 2.ª série Kz: 145 500.00</p> <p>A 3.ª série Kz: 115 470.00</p> | <p>O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.</p> |
|--|--|---|

SUMÁRIO

SOFZANA — Comércio Geral, Limitada.

Caspian Group Angola, S. A.

Daniana & Filhos, Limitada.

INDUFEX — Indústria de Confeções, Limitada.

SPRI — Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, Limitada.

HUILUX — Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, Limitada.

Organizações Fátima Nelito & Filhos, Limitada.

EMPRO-7, Limitada.

SAGREMA — Sociedade de Águas e Recursos Minerais de Angola, S. A.

NISSO — Imobiliária (Angola), Limitada.

Tsumeb, Limitada.

H2Y, Limitada.

Kaimara, Limitada.

W Maria Pluriçervices, Limitada.

Mauro Madefe-Taxis, Limitada.

Estilo & Etiqueta, Limitada.

Mistov Príncipe Real (SU), Limitada.

Parcel One Imobiliária, Limitada.

MONTE HALAVALA — Empreendimentos, Limitada.

ALMADU — Comércio Geral, Limitada.

SUAVE — Indústria de Transformação e Comercialização de Papel, Limitada.

Imporel, Limitada.

Frangec, Limitada.

EPCSL — Empresa de Produção e Comércio de Sementes, Limitada.

Royer Group, Limitada.

INVESTIMENTO VENÂNCIO ZELA MUXIMA — Importação, Limitada.

HIGIQUÍMICA — Indústria de Químicos e Saúde Pública, Limitada.

Marcoped, Limitada.

Calfred, Limitada.

Awms, Limitada.

Safenet, Limitada.

TRESESES — Investimentos, Limitada.

U. L. A. — Union Logistics Angola, Limitada.

VISÃO & SOLUÇÕES — M.A (SU), Limitada.

Organizações Stephadri, Limitada.

PREATEC — Prestação de Serviços, Limitada.

Gráfica Nalusousa, Limitada.

Organizações Peter Weber (SU), Limitada.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa — Anifil.

«V. A. R. S. — Construção Civil e Comércio Geral».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

«G. C. L. M. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa da Empresa.

«FIRMINO LOURENÇO — Comércio a Retalho».

«ARMANDO ANTÓNIO VIEIRA — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«Joaquim».

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico.

«Zhang Laixi».

SOFZANA — Comércio Geral, Limitada

Certifico que, por escritura de 7 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 48, do livro de notas para escrituras diversas n.º 403, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Suzana Aurélio Alfredo, solteira, maior, natural do Sumbe, Província de Kwanza-Sul, residente em

Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Fubu, casa sem número, Zona 20;

Segunda: — Sofia Catanha Troco, solteira, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, onde residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Dangereux, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 7 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE SOFZANA — COMÉRCIO GERAL, LIMITADA.

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «SOFZANA — Comércio Geral, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Fubu, Zona 20, Rua da Esquadra, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, formação profissional, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínio, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas; medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes,

segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Suzana Aurélio Alfredo e Sofia Catanha Troco, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Suzana Aurélio Alfredo, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando l (uma) assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar na outra sócia ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com a sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócia falecido ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7378-L02)

Caspian Group Angola, S. A.

Certifico que, por escritura de 15 de Janeiro de 2015, lavrada com início a folhas 50, do livro de notas para escrituras diversas n.º 242-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Caspian Group Angola, S. A.», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Marechal Bróz Tito, Prédio n.º 35/37, 9.º andar, Porta B, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 5.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Janeiro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CASPIAN GROUP ANGOLA. S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º

(Denominação social e duração)

A sociedade é comercial, sob o tipo de sociedade anónima e adopta a denominação social de «Caspian Group Angola, S. A.».

ARTIGO 2.º

(Sede e outras formas locais de representação)

1. A sociedade tem a sua sede social na Rua Marechal Broz Tito, n.ºs 35/37, 9.º andar, Porta B, Bairro Patrice Lumumba, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Província de Luanda.

2. O Conselho de Administração poderá deslocar a sede social para qualquer outro local, bem como criar, transferir ou encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação no País da sociedade ou no estrangeiro, nos termos e limites prescritos nas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

1. A sociedade tem como objecto principal a gestão de projectos, investimentos e cooperação inter-empresarial, tais como «joint venture», contratos de empreendimentos comum, contratos de associação em participação, contratos de consórcio, e agrupamentos complementares de empresas, na indústria petrolífera e gás.

2. A sociedade tem ainda como objecto social o fornecimento de bens e serviços à indústria petrolífera e gás, nomeadamente:

- a) Testes de pressão de tanques de armazenagem e condutas de óleo e/ou gás;
- b) Transportação de equipamentos, materiais e alimentos, ou sondas e plataforma de produção;
- c) Fornecimento de água industrial e potável;
- d) *Catering*;
- e) Abastecimento de material técnico;
- f) Limpeza geral;
- g) Manutenção geral de equipamentos e viaturas;
- h) Operadores e gestores de postos de abastecimento (aeroportuários, portuários e estação de serviços);
- i) Inspeção de qualidade de produtos distribuídos e comercializados (produtos petrolífero e derivados);
- j) Revendedores de petróleo iluminante, gás e lubrificantes;
- k) Transporte de produtos dos terminais para o posto de abastecimento.

3. A sociedade prestará, ainda, serviços às actividades petrolíferas de refinação de petróleo bruto e transformação, armazenamento, distribuição, transporte e comercialização de produtos petrolíferos e gás natural.

ARTIGO 4.º
(Duração)

A existência jurídica da sociedade conta-se a partir da data da escritura de constituição e a sua duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II
Capital Social e Acções

ARTIGO 5.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), equivalente a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos de América), realizado em dinheiro e encontra-se dividido em 2000 (duas mil acções) acções do valor nominal de Kz: 1.000,00 (mil kwanzas), equivalente a USD 10 (dez dólares) cada uma.

ARTIGO 6.º
(Acções)

1. As acções são nominativas ou ao portador e podem ser incorporadas em títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentos, mil, cinco mil, acções ou múltiplos.

2. Os títulos são assinados por um administrador, caso a sociedade tenha um Administrador-Único, ou por dois administradores, podendo ambas as assinaturas ser de chancela.

3. Fica desde já autorizada a emissão ou conversão de acções escriturais, nos termos da legislação aplicável e desde que haja prévia deliberação da Assembleia Geral nesse sentido.

4. As despesas de conversão de títulos são encargos dos accionistas.

5. A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social e nos termos da lei.

ARTIGO 7.º
(Transmissibilidade das acções)

1. A transmissão a terceiros de acções nominativas só produz os seus efeitos em relação à sociedade se tiver sido obtido o consentimento da sociedade, à respectiva transmissão, cuja concessão ou recusa será deliberada pelos sócios em Assembleia Geral.

2. O consentimento é pedido, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou, na falta deste, ao Conselho Fiscal, devendo estes órgãos dar imediato conhecimento do pedido a todos os Membros do Conselho de Administração.

3. O Presidente do Conselho de Administração ou o Administrador-Único, no prazo de oito (8) dias a contar do recebimento da notificação previsto no número anterior, comunicará o negócio projectado aos restantes accionistas, os quais deverão, no prazo de quinze 15 dias a contar do recebimento desta comunicação, dar conhecimento ao mesmo órgão se pretendem ou não exercer o direito de preferência.

4. No prazo de oito (8) dias a contar do termo dos prazos previstos no número anterior, o Presidente do Conselho de Administração ou o Administrador-Único informará o accionista alienante das respostas recebidas.

5. Se a Assembleia Geral não deliberar sobre o pedido de consentimento nos sessenta 60 dias seguintes à recepção, a transmissão torna-se livre.

6. O consentimento só se considera recusado se a comunicação ao sócio, para além de indicar o motivo da recusa, incluir uma proposta de aquisição do mesmo número de acções, nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento; tratando-se de uma transmissão a título gratuito ou havendo simulação de preço, a proposta reportar-se-á ao valor real, determinado nos termos legais.

7. O direito a adquirir as acções em questão será rateado pelos sócios que houverem manifestado interesse na aquisição, proporcionalmente à sua participação no capital, na mesma assembleia em que se deliberou recusar o consentimento e só na eventualidade de os sócios não exercerem, total ou parcialmente esse direito, a sociedade ficará obrigada a adquiri-las para si ou a fazê-las adquirir por terceiro.

8. Na transmissão onerosa de acções nominativas a terceiros, os demais accionistas gozam de direito de preferência.

9. O exercício do direito de preferência rege-se pelo procedimento supra indicado nos n.ºs 2 a 4.

10. Havendo mais de um accionista preferente, o direito de aquisição será repartido entre eles, na proporção das respectivas participações.

11. A venda tornar-se-á livre se nenhum accionista exercer o seu direito de preferência nos termos e condições acima previstos, devendo, para tanto, o Conselho de Administração, notificar o accionista desse facto, no prazo referido no n.º 4 do presente artigo.

12. O disposto nos n.ºs 2 a 6 supra é aplicável à transmissão gratuita de acções a terceiros, com as necessárias adaptações, nomeadamente quanto ao preço de exercício da opção que corresponderá ao valor real das acções, nos termos legais.

13. No caso de transmissão por morte os herdeiros ou beneficiários devem no prazo de seis meses, a contar da data do falecimento do accionista, indicar a(s) pessoa(s) que passa(m) a ser titular(es) das acções, nos termos e condições do parágrafo.

ARTIGO 8.º
(Obrigações)

A sociedade pode proceder à emissão de qualquer tipo de obrigações, nos termos da lei e nas condições aprovadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 9.º
(Prestações acessórias de capital)

1. Qualquer dos accionistas poderá fazer, voluntariamente, à sociedade prestações acessórias, de que esta

careça, nos termos e condições que forem estabelecidos em Assembleia Geral, sendo certo que a respectiva deliberação vincula apenas os accionistas que nela votarem a favor.

Salvo deliberação em sentido contrário tomada por unanimidade em Assembleia Geral, as prestações acessórias serão feitas a título gratuito, e sempre reembolsáveis, desde que a situação líquida da sociedade não seja inferior à soma do capital social com as reservas legais.

Os créditos eventualmente detidos por accionistas poderão ser convertidos em prestações acessórias de capital desde que a respectiva conversão seja deliberada por unanimidade em Assembleia Geral.

ARTIGO 10.º (Amortização de acções)

A sociedade assiste o direito de amortizar acções sempre que se verifique algum ou alguns dos seguintes factos:

- a) Por acordo do respectivo titular;
- b) Quando as acções sejam objecto de penhora, arresto, arrolamento ou qualquer outra forma de apreensão ou venda judicial, ou ainda quando se verificar a iminência destas situações;
- c) Interdição, inabilitação, insolvência, falência ou dissolução do titular;
- d) Quando o accionista violar qualquer obrigação decorrente do contrato de sociedade ou de deliberação dos accionistas tomada regularmente;
- e) Quando o accionista lesar, por actos ou omissões, os interesses da sociedade, nomeadamente a reputação desta perante terceiros ou impedir ou concorrer, directa ou indirectamente, com a sociedade, ou dificultar a realização dos fins sociais
- f) Condenação do accionista em processo judicial movido pela sociedade;
- g) Em caso de divórcio, se as acções não ficarem a pertencer ao seu titular.

A sociedade poderá adquirir e amortizar acções e obrigações próprias, dentro dos limites e sob as condições impostas por lei, por deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais

ARTIGO 11.º (Órgãos sociais)

São órgãos sociais da sociedade a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

1) Assembleia Geral

ARTIGO 12.º (Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas que possuam o mínimo de cem acções averbadas em seu nome no competente livro de registo de acções da sociedade até oito (8) dias antes da data da reunião da Assembleia

Geral ou que, no caso de serem titulares de acções ao portador não registadas, depositem as mesmas na sociedade ou façam prova de seu depósito em intermediário financeiro autorizado dentro do mesmo prazo. Neste último caso, o intermediário financeiro depositário das acções deverá comprovar tal facto no prazo aqui referido, por carta dirigida para a sede social e destinada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

2. A cada cem acções corresponde um voto.

3. Os accionistas titulares de um número de acções inferior a cem podem agrupar-se, nos termos legais, a fim de poderem participar na Assembleia Geral.

4. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o representante dos accionistas agrupados deverá comunicar por escrito ao Presidente da Assembleia Geral, com oito (8) dias de antecedência em relação àquela, o número de acções que representa, juntando as respectivas cartas de representação, devidamente assinadas pelos representados.

5. Os accionistas que forem pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral pelo seu cônjuge, por ascendente, ou descendente, por um accionista ou um membro do Conselho de Administração; os accionistas que forem pessoas colectivas poderão fazer-se representar por quem para o efeito indicarem.

6. Os instrumentos de representação de accionista serão entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até ao início da Assembleia Geral, sem prejuízo do disposto no parágrafo quatro.

7. As votações poderão ser efectuadas nominalmente ou por sinais convencionais, conforme for decidido pelo Presidente da Mesa.

ARTIGO 13.º (Mesa da Assembleia)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um vice-Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral, de entre os accionistas ou não, por períodos de 1 (um) ano e que poderão ser sempre reeleitos.

2. Compete ao Presidente da Assembleia Geral convocar e dirigir as reuniões da Assembleia Geral, bem como exercer as demais funções que lhe são conferidas por lei e pelo presente contrato.

ARTIGO 14.º (Reuniões)

A Assembleia Geral reunirá:

1. Em sessão anual no primeiro trimestre de cada ano.
2. Em sessão especial, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julgarem conveniente ou quando requerido por accionistas que reúnam as condições legalmente exigidas.

ARTIGO 15.º (Convocação e funcionamento da Assembleia Geral)

1. Caso as acções sejam nominativas, as convocatórias para a reunião da Assembleia Geral devem ser feitas mediante cartas registadas, expedidas com aviso de recep-

ção, para o endereço que o accionista haja expressamente indicado à sociedade para esse efeito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação à data da reunião da Assembleia Geral.

2. Na situação das acções serem ao portador, as convocações serão feitas nos termos legais.

3. Na primeira convocatória, pode desde logo ser marcada uma segunda data para reunir no caso de a Assembleia Geral não poder funcionar na primeira data marcada.

4. O Presidente da Assembleia Geral deverá convocar a Assembleia Geral sempre que para tal seja solicitado pelo Conselho de Administração ou Administrador-Único, pelo Conselho Fiscal ou por accionistas que possuam, pelo menos, acções correspondentes a 5 (cinco) por cento do capital social e que lho requeiram em carta registada e expedida com aviso de recepção, em que se indiquem, com precisão, os assuntos a incluir na ordem do dia e se justifique a necessidade de reunir a assembleia.

5. As Assembleias Gerais realizam-se na sede da sociedade ou noutro local, escolhido pelo Presidente da Mesa dentro do território nacional, desde que as instalações desta não permitam a reunião em condições satisfatórias;

6. Os accionistas podem tomar deliberações unânimes por escrito e bem assim reunir-se em Assembleia Geral, sem observância de formalidades prévias, desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

ARTIGO 16.º
(Deliberações da Assembleia Geral)

As deliberações são tomadas por maioria dos direitos de voto emitidos, seja qual for a percentagem do capital representado na assembleia, excepto quando seja exigida por lei ou pelos presentes estatutos.

II) Órgãos de Administração e Fiscalização

ARTIGO 17.º
(Conselho de Administração ou Administrador-Único)

1. A Administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração, constituído por um Presidente, um vice-Presidente e um, três ou cinco vogais eleitos em Assembleia Geral, ou por um Administrador-Único.

2. Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos membros do Conselho de Administração, o Conselho de Administração poderá preencher por cooptação, até à reunião da próxima Assembleia Geral, as vagas que se verificarem nos lugares de administradores.

3. Dentro dos limites da lei, o Conselho de Administração pode encarregar um dos seus membros, que terá a categoria de administrador delegado, de se ocupar de certas matérias de administração, atribuindo-lhe para o efeito os necessários poderes de representação e gestão.

ARTIGO 18.º
(Caução)

1. Cada administrador, antes do início do respectivo exercício prestará caução no montante legal.

2. A caução poderá ser substituída por contrato de seguro e mesmo dispensada por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 19.º
(Competência)

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais atribuições que lhe conferem a lei e os estatutos:

- a) Gerir, com os mais amplos poderes, todos os negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens;
- c) Adquirir, alienar e onerar ou realizar outras operações sobre bens imóveis nos termos da lei;
- d) Adquirir, alienar e onerar bens móveis, designadamente viaturas automóveis;
- e) Subscrever, adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades de responsabilidade limitada, seja qual for o seu objecto social, bem como participar em sociedades reguladas em leis especiais, agrupamentos complementares de empresas ou qualquer outra forma de participação;
- f) Tomar de arrendamento os prédios necessários à prossecução do objecto social;
- g) Contrair empréstimos no mercado financeiro nacional ou estrangeiro e aceitar a fiscalização as entidades mutuantes;
- h) Nomear representantes, temporários ou permanentes, em sociedades participadas ou outras instituições ou organismos públicos ou privados;
- i) Decidir da abertura de sucursais, agências, filiais ou de outras formas de representação;
- j) Proceder à emissão de obrigações.

ARTIGO 20.º
(Reuniões do Conselho de Administração)

O Conselho de Administração reunirá quando convocado pelo respectivo presidente ou por outros dois administradores.

Qualquer administrador pode fazer-se representar na reunião por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados, sendo permitido o voto escrito, tendo o presidente, eleito pela Assembleia Geral, voto de qualidade, no caso de empate.

O Conselho de Administração está dispensado de reunir-se mensalmente.

ARTIGO 21.º
(Vinculação)

A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois membros do Conselho de Administração;
- b) Pela assinatura do Administrador-Único;
- c) Pela assinatura do administrador-delegado agindo no âmbito da competência que lhe seja confiada;
- d) Pela assinatura de um ou mais mandatários, agindo dentro dos limites dos respectivos instrumentos de mandato;
- e) Pela assinatura de um dos membros do Conselho de Administração e um mandatário, procedendo esté nos termos previstos na alínea anterior.

2. Os actos de mero expediente poderão ser praticados por um só administrador ou por mandatário com poderes bastantes.

ARTIGO 22.º
(Órgão de fiscalização)

1. A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto de três membros efectivos e um suplente eleito em Assembleia Geral, que poderão ser ou não accionistas.

2. O Conselho Fiscal exerce as funções que por lei lhe são cometidas.

IV) Disposições Comuns

ARTIGO 23.º
(Duração)

O mandato dos membros dos órgãos sociais terá a duração de quatro anos, conforme for deliberado pela Assembleia Geral que houver procedido à eleição.

ARTIGO 24.º
(Remunerações)

1. As remunerações dos elementos que constituem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, serão estabelecidas anualmente pela Assembleia Geral.

2. A Assembleia Geral poderá, porém, delegar numa comissão de accionistas a fixação das remunerações.

CAPÍTULO V
Ano Social e Aplicação dos ResultadosARTIGO 25.º
(Ano social)

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 26.º
(Afectação de resultados)

Os lucros de cada exercício terão a seguinte aplicação:

- a) Integração ou reintegração do fundo de reserva legal na percentagem exigida por lei;
- b) Afectação a quaisquer fundos ou reservas do interesse da sociedade que a Assembleia Geral delibere, por simples maioria, constituir ou reforçar;
- c) Distribuição do eventual remanescente pelos accionistas.

ARTIGO 27.º
(Adiantamento sobre lucros)

O Conselho de Administração, autorizado pelo Conselho Fiscal, poderá fazer adiantamentos sobre lucros no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei.

ARTIGO 28.º
(Omissões)

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-0899-L02)

Daniana & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Dezembro de 2014, lavrada com início a folhas 67, do livro de notas para escrituras diversas n.º 15, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Daniel José Ferreira, casado com Anabela Makassai Cristóvão Fernando Ferreira, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Gabela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kixaxi, Bairro Kalemba 2, Rua 1 Casa n.º 60, Zona 20;

Segundo: — Anabela Makassai Cristóvão Fernando Ferreira, casada com o primeiro sócio, sob o regime acima mencionado, natural da Maianga, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kixaxi, Bairro Calemba 2, Rua 1, Casa n.º 60, Zona 20;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 31 de Dezembro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
DANIANA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Daniana & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, no Município de Belas, Bairro Calemba II, Rua L, Casa n.º 67, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, hotelaria e turismo, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de moveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro; dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Daniel José Ferreira, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Anabela Makassai Cristóvão Fernando Ferreira, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Daniel José Ferreira, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva for-

malidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-0958-L15)

INDUFEX — Indústria de Confecções, Limitada

Certifico que de folhas 65 a 66 do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 477-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Constituição da sociedade «INDUFEX — Indústria de Confecções, Limitada».

No dia 7 de Junho de 2014, no 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, perante mim, Guimarães Martins João da Silva, notário, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Eduardo Africano Gama Sala, solteiro, natural de Luanda, residente na Avenida Comandante Valódia, n.º 244, 2.º andar, Apartamento n.º 23, Distrito Urbano do Sambizanga, portador do Bilhete de Identidade n.º 000150867LA014, emitido pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 16 de Setembro de 2011; que outorga neste acto como mandatário da «SONANGOL — Holdings, Limitada», com sede em Luanda, na Rua 1.º Congresso do M. P. L. A., n.ºs 8/16, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 2004/1191, NIF 5410003284; e

Segundo: — Raquel Alexandra Alves de Amaral, solteira, natural de Luanda, Província de Luanda, residente na Rua Rainha Ginga, Edifício n.º 147, 7.º andar, Bairro da Ingombota, portadora do Bilhete de Identidade n.º 000295860LA033, emitido pelo Arquivo de Identificação de Luanda, aos 19 de Janeiro de 2011, que outorga neste acto como mandatária da «SONANGOL — Investimentos Industriais, Limitada, com sede social na Rua 1.º Congresso do M.P.L.A. n.º 8/16, Bairro dos Coqueiros, Distrito da Ingombota, Luanda, Angola, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, sob o n.º 2065-10, com o NIF 5417111260.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos já mencionados documentos de identificação, a qualidade e a suficiência dos poderes com que intervêm neste acto em face das procurações e das actas que mais adiante menciono e arquivo.

Pelos outorgantes foi dito:

Que pela presente escritura constituem, em nome das suas representadas, uma sociedade por quotas denominada «INDUFEX — Indústria de Confecções, Limitada», com sede em Luanda, Luanda, na Zona Económica Especial Luanda — Bengo, Estrada de Catete, Km-28, Segundo Quadrante, Via Circular 4 (quatro), Lote 100 (cem), com o capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, de Kz: 30.000.000,00 (trinta milhões de kwanzas), equivalente a USD 300.000,00 (trezentos mil dólares norte-americanos), repartido em duas quotas, distribuídas e representadas, sendo uma de Kz: 21.000.000,00 (vinte e um milhões de kwanzas), correspondentes a 70% (setenta por cento) do capital social; de que é titular a sócia «SONANGOL — Investimentos Industriais, Limitada» e outra de Kz: 9.000.000,00 (nove milhões de kwanzas), correspondente a 30% (trinta por cento) do capital social, de que é titular a sócia «SONANGOL — Holdings, Limitada».

Que a dita sociedade tem por objecto o disposto no artigo 3.º dos seus estatutos e rege-se por um contrato que consta de documento complementar, elaborado nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 1/97 — Lei da Simplificação e Modernização dos Actos Notariais, que fazem parte desta escritura que as outorgantes declaram terem lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que dispensam a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruíram este acto:

- a) Acta da Assembleia Geral da «SONANGOL — Holdings, Limitada»;
- b) Acta da «SONANGOL — Investimentos Industriais, Limitada»;
- c) Procuração da «SONANGOL — Holdings, Limitada»;
- d) Procuração da «SONANGOL — Investimentos Industriais, Limitada»;
- e) Certificado de admissibilidade.

A presente escritura foi lida, em voz alta, na presença das outorgantes e as mesmas foi explicado o seu conteúdo.

O Notário, *Guimarães Martinho João da Silva*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE INDUFEX — INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, LIMITADA

CAPÍTULO I

Denominação, Forma, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º

(Denominação e forma jurídica)

1. A sociedade adopta a denominação de «INDUFEX — Indústria de Confecção, Limitada», adiante abreviadamente designada por «INDUFEX, Limitada» e é constituída sob a forma de uma sociedade por quotas.

2. A «INDUFEX — Limitada» é uma subsidiária da «SONANGOL — Investimentos Industriais, Limitada», adiante e abreviadamente designada por «SIIND, Limitada».

ARTIGO 2.º

(Sede e representação)

1. A sociedade tem a sua sede em Luanda, na Zona Económica Especial Luanda — Bengo, Estrada de Catete, Km 28, II Quadrante, Via Circular 4, Lote 100.

2. O órgão de administração pode por simples deliberação transferir a sede social para qualquer outro local, estabelecer e encerrar escritórios, filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outro tipo de representação no país ou no estrangeiro, bem como descentralizar os seus serviços técnicos e administrativos, de acordo às necessidades da sua actividade.

3. A abertura de representações no estrangeiro deverá ser precedida do cumprimento das obrigações legais aplicáveis e depende do prévio consentimento da Assembleia Geral.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto a produção de peças e artigos de vestuário e produtos afins, incluindo a sua comercialização por grosso, importação, exportação e prestação de serviços associados, podendo dedicar-se a outras actividades industriais ou comerciais desde que não proibidas por lei.

2. A sociedade poderá adquirir ou participar no capital social de outras sociedades constituídas ou a constituir, desde que tal se revele útil ao desempenho das actividades sociais e assim seja deliberado pela Assembleia Geral.

3. A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades, subsidiárias ou complementares ao seu objecto social, desde que assim o delibere a Assembleia Geral.

ARTIGO 4.º
(Duração da sociedade)

A «INDUFEX — Limitada», existirá por tempo indeterminado e o exercício da sua actividade contar-se-á, para todos os efeitos legais, a partir da data da escritura pública de constituição.

CAPÍTULO II
Capital Social

ARTIGO 5.º
(Capital Social)

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado em activos e investimentos é de Kz: 30.000.000,00 (trinta milhões de kwanzas), repartido da seguinte forma:

- a) Uma quota em Kwanzas, no valor de 21.000.000,00 (vintê e um milhões de kwanzas), a que corresponde 70% (setenta por cento) do capital, de que é titular o sócio «SONANGOL — Investimentos Industriais, Limitada» — «SIIND, Limitada»;
- b) Uma quota no valor Kz: 9.000.000,00 (nove milhões de kwanzas), a que corresponde 30% (trinta por cento) do capital, de que é titular o sócio «SONANGOL — Holdings, Limitada».

2. Em caso de aumento do capital social, a cada sócio caberá uma nova quota independente da quota primitiva, salvo se o sócio que a adquirir pretender unificá-las, o que deverá fazer nos termos e condições previstos na Lei das Sociedades Comerciais.

3. Os sócios fornecerão à sociedade os suprimentos de que esta necessitar, nos termos e condições que forem fixados em contrato a celebrar para o efeito.

ARTIGO 6.º
(Alterações ao capital)

1. Por deliberação da Assembleia Geral, o capital social poderá ser aumentado, uma ou mais vezes, nos termos do estabelecido no artigo 92.º da Lei das Sociedades Comerciais.

2. Tratando-se de aumento por novas entradas, a deliberação acima mencionada, determinará as condições de subscrição de novas partes sociais, a sua distribuição, o pagamento pelos sócios e a sua realização, respeitando o direito de preferência dos sócios fundadores.

ARTIGO 7.º
(Transmissão, cessão e amortização de quotas)

1. A cessão, total ou parcial, gratuita ou onerosa, de quotas a terceiros depende do prévio consentimento da Sociedade, prestado mediante deliberação da Assembleia

Geral aprovada por maioria de votos representativos de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

2. O consentimento previsto no número anterior depende da verificação pela sociedade da capacidade financeira do cessionário para fazer face às obrigações inerentes à prossecução do objecto social.

3. Na cessão onerosa de quotas a terceiros, terão direito de preferência os demais sócios, devendo o sócio cedente notificá-los por escrito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, indicando os termos e condições da cessão. Os sócios notificados devem responder no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recepção da referida notificação, sob pena de se considerar que não pretendem exercer o direito de preferência.

CAPÍTULO III
Dos Órgãos Sociais

ARTIGO 8.º
(Composição)

A sociedade é composta pelos seguintes órgãos sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Gerência;
- c) Conselho Fiscal.

SECÇÃO I
Da Assembleia Geral

ARTIGO 9.º
(Composição e Formas de Deliberação)

1. A Assembleia Geral, quando regularmente convocada representa a universalidade dos sócios e as suas deliberações serão obrigatórias para todos os sócios, salvo se forem inválidas nos termos da lei.

2. A Assembleia Geral pode deliberar sob todas as formas e nos termos previstos na Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral cabe dirigir as respectivas reuniões, sendo composta por um presidente e um secretário.

2. A presidência da Mesa da Assembleia Geral cabe ao sócio com participação maioritária no capital social.

3. O secretário é eleito por deliberação da Assembleia Geral por períodos de 3 (três) anos, podendo ser uma pessoa estranha à sociedade.

ARTIGO 11.º
(Competências)

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade e sem prejuízo de outras competências concedidas por disposições legais ou estes estatutos, a esta compete:

- a) Eleger e destituir os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Gerência e do Conselho Fiscal, e fixar a respectiva remuneração;
- b) Aprovar a indicação dos auditores às contas e respectiva remuneração;

- c) Aprovar a organização e funcionamento internos da Gerência;
- d) Aprovar as atribuições e definir os limites dos poderes conferidos à Gerência;
- e) Apreciar o relatório da Gerência, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do Conselho Fiscal;
- f) Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício;
- g) Deliberar sobre as alterações aos estatutos e as condições de aumentos ou reduções de capital, bem como o fornecimento de prestações adicionais e de suprimentos.
- h) Deliberar sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais e qualquer proposta de atribuição de prémios ou bónus à Gerência, ou quaisquer gerentes a título individual;
- i) Aprovar os objectivos gerais e os princípios fundamentais das políticas da sociedade;
- j) Deliberar sobre a existência de justificado interesse próprio da sociedade para a prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades que com ela não se encontrem em relação de domínio ou de grupo;
- k) Autorizar a alienação ou obrigação de bens ou direitos imobiliários ou de capital ou a hipoteca de bens imobiliários, mediante parecer favorável do Conselho Fiscal;
- l) Definir os princípios gerais de política de participações em sociedades, e deliberar sobre as respectivas aquisições e alienações;
- m) Aprovar a criação e aquisição ou alienação, no todo ou em parte do capital social de qualquer subsidiária ou qualquer participação em quaisquer sociedades, agrupamentos de empresas ou consórcios;
- n) Deliberar sobre a cisão, fusão, transformação ou dissolução da sociedade;
- o) Aprovar a abertura de contas bancárias e as condições da sua movimentação;
- p) Aprovar quaisquer contratos incluindo contratos inter-relacionados acima dos limites que vierem a ser fixados para o Conselho de Gerência ou Gerente-Único;
- q) Aprovar a organização estrutural da sociedade e os respectivos manuais de funcionamento;
- r) Aprovar a criação e utilização de quaisquer fundos, legais ou voluntários, permanentes ou não, da sociedade.
- s) Aprovar a utilização ou distribuição de quaisquer montantes disponíveis da sociedade;
- t) Aprovar a celebração de acordos bancários ou outros acordos financeiros acima dos limites que vierem a ser fixados pelo Conselho Gerência ou Gerente-Único;
- u) Autorizar o aluguer, venda, cessão, transferência ou outra forma de disposição de bens móveis ou imóveis da Sociedade, quando não incluída no plano e orçamento anual;
- v) Autorizar a efectivação de quaisquer gastos de capital ou a alienação de bens não contidos em qualquer plano e orçamento aprovado acima dos limites que vierem a ser fixados para o Conselho de Gerência ou Gerente-Único;
- w) Aprovar a indicação de quaisquer mandatários ou procuradores, que não sejam advogados em causas forenses, bem como a indicação dos respectivos poderes e aprovação da sua remuneração;
- x) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido extraordinária ou especialmente convocada.

ARTIGO 12.º
(Reuniões)

1. As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas, nos termos da Lei das Sociedades Comerciais, pelo Gerente.

2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente uma vez por ano, nos primeiros três meses de cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no n.º 1 do artigo 396.º da Lei das Sociedades Comerciais, e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Gerente ou a pedido de um dos sócios.

3. A Assembleia Geral reúne e delibera validamente quando estejam presentes, ou devidamente representados, todos os sócios. Na convocatória da reunião será fixada uma segunda data para o caso de não estarem presentes todos os sócios, devendo a segunda reunião realizar-se no prazo de quinze dias após a data marcada para a primeira reunião.

4. As deliberações da Assembleia Geral serão aprovadas por maioria dos votos, sem prejuízo das matérias para as quais a Lei das Sociedades Comerciais exija maioria qualificada.

5. Excepto no caso de deliberações por voto escrito, os sócios podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral mediante procuração, devendo, para o efeito, enviar ao presidente da Mesa da Assembleia Geral uma carta identificando o respectivo representante, a duração e o âmbito dos poderes que lhe são conferidos.

6. As reuniões da Assembleia Geral devem ter lugar na sede da sociedade, ou em outro lugar dentro da mesma localidade no caso de não haver condições para a sua realização na sede social.

7. Das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas actas, nos termos da Lei das Sociedades Comerciais, devendo ser assinadas por todos os sócios. Caso algum sócio se recuse a assinar a acta, deve esse facto ser consignado na mesma, bem como os motivos da recusa.

ARTIGO 13.º
(Responsabilidade dos sócios)

A responsabilidade dos sócios perante terceiros é subsidiária à responsabilidade da Sociedade e verifica-se apenas em caso de liquidação.

SECÇÃO II
Da Gerência

ARTIGO 14.º
(Composição)

1. A gestão da sociedade cabe a um Gerente.

2. O Gerente é eleito por deliberação da Assembleia Geral, podendo ser pessoa estranha à sociedade, por um período de 3 (três) anos, podendo ser reeleito uma ou mais vezes.

3. O Gerente será remunerado de acordo ao deliberado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 15.º
(Competências)

1. Ao Gerente compete gerir e reger a actividade da sociedade com plenos poderes, dentro dos limites estabelecidos na Lei das Sociedades Comerciais e no presente documento, e com observância das deliberações da Assembleia Geral, bem como representar a Sociedade em juízo e fora dela.

2. Sem prejuízo das demais atribuições que lhe sejam conferidas por Lei e pelo presente Estatutos, cabe especialmente ao Gerente:

- a) Representar a sociedade em juízo e fora dele, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos, e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem, designar mandatários ou procuradores fixando-lhes os respectivos poderes incluindo os de substabelecer;
- b) Gerir os negócios da sociedade e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- c) Propor à aprovação da Assembleia Geral a aquisição, venda, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, ou o arrendamento de prédios ou parte dos mesmos;
- d) Propor à aprovação da Assembleia Geral a negociação com terceiros dos financiamentos de que a Sociedade venha a necessitar;
- e) Propor à aprovação da Assembleia Geral a aquisição de participações em sociedades, celebração de acordos ou contratos de cooperação e associação com empresas do mesmo ramo;
- f) Propor à Assembleia Geral da Sociedade a mudança da sede social, e os aumentos do capital social que se mostrem necessários;
- g) Propor à aprovação da Assembleia Geral a aplicação de fundos disponíveis da sociedade conforme o interesse e as conveniências desta;

- h) Propor à Assembleia Geral a alienação e obrigação de bens ou direitos imobiliários ou a hipoteca de bens imobiliários, mediante parecer favorável do Conselho Fiscal;
- i) Preparar os projectos de planos estratégicos plurianuais a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral;
- j) Elaborar relatório e contas anuais e submetê-lo a apreciação da Assembleia Geral;
- k) Adoptar, modificar e submeter à Assembleia Geral para aprovação os planos e orçamentos anuais e de longo prazo;
- l) Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as suas normas de funcionamento interno;
- m) Recomendar aos sócios o calendário de distribuição de dividendos;
- n) Propor à aprovação da Assembleia Geral a assinatura de acordos de cooperação para a formação de «joint venture», ou aquisição do capital de outras empresas;
- o) Nomear mandatários da sociedade para a prática de actos ou categorias de actos específicos;
- p) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

3. No exercício das suas funções, o Gerente não se pode fazer representar por terceiros, sem prejuízo da possibilidade de constituir mandatários ou procuradores para a prática de determinados actos ou categoria de actos a definir por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 16.º
(Vinculação da sociedade)

1. A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura do Gerente no que respeita a actos de mero expediente;
- b) No que respeita actos de gestão no geral da sociedade, na quantia inferior ao valor equivalente em moeda nacional a definir por deliberação da Assembleia Geral, pela assinatura do Gerente;
- c) No que respeita a actos de gestão no geral da sociedade, na quantia superior ao valor equivalente em moeda nacional a definir por deliberação da Assembleia Geral pela assinatura conjunta do Gerente e do Director Financeiro;
- d) Pela assinatura do Procurador ou Mandatário da Sociedade no âmbito dos poderes que lhe forem conferidos.

2. O Gerente, salvo deliberação da Assembleia Geral em contrário está expressamente proibido de obrigar a sociedade em quaisquer garantias, avales, fianças ou outros actos da mesma natureza que não estejam relacionados com o

respectivo objecto social, sendo nulos, todos os contratos praticados e os contratos celebrados nestas condições sem prejuízo da responsabilidade do infractor perante a sociedade.

3. O disposto no número anterior do presente artigo considera-se igualmente aplicável ao mencionado nas alíneas c) à n) do artigo 15.º

SECÇÃO III Conselho Fiscal

ARTIGO 17.º (Composição)

1. A fiscalização da gestão da sociedade é confiada a um Conselho Fiscal, podendo a sociedade, mediante deliberação da Assembleia Geral, confiar a uma sociedade de auditoria o exercício das funções do Conselho Fiscal.

2. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efectivos, dos quais 1 (um) exercerá as funções de presidente, e 2 (dois) suplentes.

3. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por deliberação da Assembleia Geral por um período de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 18.º (Competências)

O Conselho Fiscal tem, nomeadamente, as atribuições e os poderes previstos nos artigos 441.º e 442.º da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 19.º (Reuniões)

1. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente, pelo menos, uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo respectivo presidente.

2. O Conselho Fiscal reúne e delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, devendo as deliberações ser aprovadas por maioria dos votos dos membros presentes.

3. Ao presidente do Conselho Fiscal cabe voto de qualidade em caso de empate nas votações.

4. O Gerente pode fazer-se representar nas reuniões por qualquer pessoa mediante procuração, devendo, para o efeito, dirigir uma carta ao presidente identificando o respectivo representante, a duração e o âmbito dos poderes conferidos.

5. As reuniões do Conselho Fiscal podem realizar-se em qualquer lugar, dentro do território nacional ou no estrangeiro, e podem ser feitas por meio de conference call ou vídeo-conferência.

6. De cada reunião deve ser lavrada acta, devendo ser assinada por todos os membros que tenham participado. Caso algum membro se recuse a assinar a acta, deve esse facto ser consignado na acta, bem como os motivos da recusa.

CAPÍTULO IV

Exercício Social, Aplicação de Lucros e Dissolução

ARTIGO 20.º (Exercício social)

1. O exercício social corresponde ao ano civil, devendo os documentos de prestação de contas relativos a cada exercício, incluindo o relatório de gestão e as contas do exercício, ser submetidos à apreciação dos sócios nos primeiros três meses, após o final de cada exercício com data de 31 de Dezembro.

2. Os documentos de prestação de contas serão elaborados pelo Gerente nos termos da Lei, devendo ser acompanhado de parecer do Conselho Fiscal.

ARTIGO 21.º (Aplicação de lucros)

1. Depois de cumpridas todas as obrigações fiscais da sociedade e cobertos os prejuízos transitados, os lucros líquidos de cada exercício terão a seguinte aplicação:

- a) 5% (cinco por cento) será destinado à constituição e, sendo necessário, reintegração da reserva legal até que esta perfaça um valor equivalente a 30% (trinta por cento) do capital social;
- b) O remanescente será distribuído aos sócios, salvo deliberação da Assembleia Geral em contrário, aprovada por maioria de votos correspondentes a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

2. Nem o Gerente, nem os membros do Conselho Fiscal têm direito a participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 22.º (Dissolução)

A sociedade dissolver-se-á nos casos e nos termos previstos na lei.

Conferi a presente fotocópia que, achei conforme ao original, que me foi exibido para esse fim.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 15 de Janeiro de 2015. — O ajudante, *ilegível*
(15-1326-L01)

SPRI — Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, Limitada

Cessão de quotas, admissão de nova sócia e alteração parcial do pacto social na sociedade «SPRI — Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, Limitada».

No dia 18 de Março de 2015, nesta Cidade de Luanda e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, a cargo de Visitação de Fátima Simões Xavier Belo Andrade, perante mim, Ana Hironcina de Sousa Micoló, Notária de 3.ª Classe e Notária em exercício do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Maria José Ribeiro Nunes Ferreira Freire dos Santos, de nacionalidade portuguesa, natural de Maças de Caminho, titular do Passaporte n.º L519273, emitido pelo G. Civil de Lisboa, aos 20 de Janeiro de 2011, com domicílio profissional em Luanda, Avenida 4 de Fevereiro, n.º 89, 8.º andar, Bairro da Ingombota, que outorga neste acto na qualidade de procuradora, em nome e representação de Vasco dos Santos Graça Oliveira, casado com Fernanda Maria Martins Lacerda Graça Oliveira, sob o regime de separação de bens, natural do Brasil, mas de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Portugal, Póvoa de Varzim, Rua Dr. José Gomes de Sá, n.º 6 e «EGO — Empreendimentos, Gestão e Organização, Limitada», com a sede social em Luanda, Rua Frederich Inglês n.º 92, 9.º andar, Sala 1, pessoa colectiva e registada como contribuinte sob o n.º 5401004893, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 87.2012;

Segundo: — Luís Filipe Bartolomeu Rola da Silva, casado, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside, Bairro Alvalade, Rua Ramalho Ortigão, n.º 4, Maianga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000449647LA033, emitido em Luanda, aos 9 de Abril de 2012, que outorga neste acto na qualidade de mandatário, em nome e em representação de «Fatomy Transportes, Limitada», com sede social na Província de Malanje, Rua Estrada Nacional 235, Bairro Kinguila, Município de Malanje, titular do NIF 5417096113 e matriculada na Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje sob o n.º 867, exarada a Folhas n.º 93 do livro 7.º;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos acima referidos, bem como certifico a qualidade em que intervêm respectivamente e a suficiência de poderes para o acto pela procuração e acta, que no final menciono e arquivo.

E, pela primeira outorgante foi dito:

Que, seus representados, são os actuais sócios da sociedade por quotas denominada «SPRI — Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, Limitada», com a sede social em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Avenida de Portugal, n.º 92, 9.º direito, sala C, pessoa colectiva e registada como contribuinte sob o n.º 5401008740, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 144.2007, constituída por escritura de 30 de Junho de 2005, exarada com início a folha 28 do livro de notas para escrituras diversas n.º 916-E, do 1.º Cartório Notarial de Luanda, com o capital social de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), realizado em dinheiro e demais valores do activo social, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 990.000,00 (novecentos e noventa mil kwanzas) pertencente ao sócio Vasco dos Santos Graça Oliveira, uma no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia «EGO — Empreendimentos, Gestão e Organização, Limitada».

Que, em sessão da Assembleia Geral realizada, aos 12 de Novembro de 2014, ficou deliberado pelos sócios a cessão de quotas, admissão de novos sócios, bem como a alteração parcial do pacto social.

Nesta conformidade, pela presente escritura, a primeira outorgante, usando os poderes que tem, cede a totalidade da referida quota do seu representado, Vasco dos Santos Graça Oliveira a favor da sociedade «Fatomy Transportes, Limitada», afastando-se definitivamente da sociedade, com expressa renúncia a gerência, bem como a qualquer direito que até então detinha na sociedade.

Que as cessões são feitas pelos respectivos valores nominais, quantia já paga pelo que lhes dá quitação e as cessões por efectuadas.

Pelo segundo outorgante foi dito:

Que, para a sociedade representa, aceita a cessão de quotas nos termos exarados.

Finalmente por ambos outorgantes foi dito:

Que, sendo agora os seus representados, «Fatomy Transportes, Limitada» e «EGO — Empreendimentos, Gestão e Organização, Limitada», os actuais sócios da sociedade, em função dos actos supra descritos, alteram parcialmente o pacto social, somente o artigo 5.º do pacto social, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 5.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 990.000,00 (novecentos e noventa mil kwanzas), pertencente à sócia «Fatomy Transportes, Limitada» e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) pertencente à sócia «EGO — Empreendimentos, Gestão e Organização, Limitada».

Que as demais cláusulas não alteradas por esta escritura mantêm-se válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para instruir o acto os seguintes documentos:

- a) Acta avulsa n.º 2/14, mencionada no teor da escritura;
- b) Certidão comercial da sociedade;
- c) Procuração outorgada aos 16 de Março de 2012, no Cartório Notarial do Porto e legalizado pelo Consulado de Angola no Porto, aos 19 de Março de 2012.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença de ambos, fiz a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo, advertindo-os que deverão proceder ao registo obrigatório deste acto no prazo de 90 dias.

Selo do acto Kz: 1.000,00.

É certidão que fiz extrair, vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda a 1 de Abril de 2015. — A 1.º Ajudante, Isabel Luís de Sousa Neto Lúcio:

(15-7064-L01)

HUILUX — Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Abril de 2015, lavrada no Sistema Integrado Notarial deste Cartório, perante João Rafael, Notário de 3.ª Classe do referido Cartório, houve mudança de sede social a alteração do pacto social na sociedade por quotas denominada «HUILUX — Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, Limitada», com sede no Lubango, Avenida 4 de Fevereiro, constituída por escritura de 16 de Setembro de 1991, lavrada no 2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, exarada com início a folha 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 62-D, alterada por diversas escrituras, sendo a última de 20 de Junho de 2000, lavrada no Cartório Notarial da Comarca da Huíla, exarada com início a folha 32, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 160-C, que elevou o capital social para Kz: 30.000,00, dividido e representado por 4 quotas, sendo 3 quotas iguais no valor nominal de Kz: 9.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Luís Gomes dos Santos, Pier Luigi Pregliasco e «Wakieza, Limitada», e uma quota no valor nominal de Kz: 3.000,00, pertencente ao sócio Miguel António Paiva Vicente.

Que, de conformidade com a acta avulsa sem número de 28 de Novembro de 2012, da reunião da Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, realizada na sua sede social, que para os devidos efeitos me foi apresentada e arquivado neste Cartório Notarial no competente maço de documentos, por deliberação da referida Assembleia Geral, os sócios transferem a sede social da Província da Huíla, Cidade do Lubango, Zona Industrial, para a Província de Benguela, Cidade da Catumbela, no Talhão 1-3, Lote 2, no PDIC — Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela.

E, verificando-se que as quotas dos sócios não atingem o valor mínimo exigível por lei, nos termos do n.º 3 do artigo 241.º da Lei das Sociedades Comerciais, pela presente escritura, sócios aumentam o capital social de Kz: 30.000,00, para Kz: 500.000,00, sendo o aumento no valor de Kz: 460.000,00, subscrito pelos sócios por 4 quotas, sendo 3 quotas iguais no valor nominal de Kz: 141.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Luís Gomes dos Santos, Pier Luigi Pregliasco e «Wakieza, Limitada» e uma quota no valor nominal de Kz: 47.000,00, pertencente ao sócio Miguel António Paiva Vicente.

Que, os sócios unificam as suas novas quotas trazidas para a sociedade com as anteriores quotas, perfazendo para cada um deles uma única quota, sendo 3 quotas iguais no valor nominal de Kz: 150.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Luís Gomes dos Santos, Pier Luigi Pregliasco e «Wakieza, Limitada», e uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00, pertencente ao sócio Miguel António Paiva Vicente.

Que, em consequência do sucedido, são alteradas as redacções dos artigos 1.º e 4.º do pacto social, dando aos mesmos as seguintes novas redacções:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação «HUILUX — Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, Limitada», podendo utilizar a sigla de «Huilux, Limitada», com sede Cidade da Catumbela, no Talhão 1-3, Lote 2, no PDIC — Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, onde mais convier aos negócios sociais.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é no montante de Kz: 500.000,00, dividido e representado por 4 quotas, sendo 3 quotas iguais no valor nominal de Kz: 150.000,00, cada uma, pertencentes aos sócios Luís Gomes dos Santos, Pier Luigi Pregliasco e «Wakieza, Limitada», e uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00, pertencente ao sócio Miguel António Paiva Vicente.

Está conforme.

Cartório Notarial da Comarca do Lobito, aos 22 de Abril de 2015. — O Notário de 3.ª, *João Rafael*. (15-7067-L02)

Organizações Fátima Nelito & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 68, do livro de notas para escrituras diversas n.º 402, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Manuel Miguel Júlio, casado com Maria de Fátima Caxito Júlio, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Cacuaco, Bairro Quifangondo, casa sem número, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação dos seus filhos menores Madalena Caxito Júlio, de 12 (doze) anos de idade, natural de Cacuaco, Manuel Miguel Caxito Júlio, de 3 (três) anos de idade, natural de Cacuaco, Mário Caxito Júlio, de 1 (um) ano de idade, natural de Cacuaco e Duilénio Caxito Júlio, de 7 (sete) anos de idade, natural de Cacuaco, todos da Província de Luanda e consigo conviventes;

Segundo: — Maria de Fátima Caxito Júlio, casada com Manuel Miguel Júlio, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cacuaco, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Cacuaco, Bairro Quifangondo, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ORGANIZAÇÕES FÁTIMA NELITO
& FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Fátima Nelito & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cacuaco, Bairro Suapo, Rua da Suapo, Casa n.º 85, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto a agro-pecuária, pescas e aquicultura, indústria de lacticínios, restauração, comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, telecomunicações, electricidade, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestres, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, exploração mineira, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 6 (seis) quotas, sendo 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Manuel Miguel Júlio e Maria de Fátima Caxito Júlio, outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Madalena Caxito Júlio e 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Duilénio Caxito Júlio, Manuel Miguel Caxito Júlio e Mário Caxito Júlio, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Manuel Miguel Júlio e Maria de Fátima Caxito Júlio, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de qualquer um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7149-L02)

EMPRO-7, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 60, do livro de notas para escrituras diversas n.º 402, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Edson Mondlane Rodrigues Alves, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Cidade do Kilamba, Edifício K-15, 8.º andar, Apartamento n.º 82;

Segundo: — António João Alves, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Benfica, Lar do Patriota, Casa n.º 525;

Terceiro: — Mauro Van Nitsen Rodrigues Alves, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Cidade do Kilamba, Bloco Y-10, Apartamento n.º 3;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
EMPRO-7, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «EMPRO-7, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Urbanização Lar do Patriota, Casa n.º 525, Bairro Benfica, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, formação profissional, comércio a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínio, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações, de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e cultura, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Edson Mondlane Rodrigues Alves e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) cada uma, pertencente aos sócios António João Alves e Mauro Van Nitsen Rodrigues Alves, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Edson Mondlane Rodrigues Alves, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão de lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7150-L02)

SAGREMA — Sociedade de Águas e Recursos Minerais de Angola, S.A.

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 15 do livro de notas para escrituras diversas n.º 24-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Anifil, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, licenciado em direito, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada, «SAGREMA — Sociedade de Águas e Recursos Minerais de Angola, S.A.», com sede em Luanda, no Condomínio Horizonte Sul, Casa n.º 7, Bairro Talatona, Município de Belas, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Anifil, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
SAGREMA — SOCIEDADE DE ÁGUAS E RECURSOS
MINERAIS DE ANGOLA, S.A.

CAPÍTULO I
Da Firma, Tipo, Sede, Duração e Objecto Social

ARTIGO 1.º
(Natureza jurídica, denominação e duração)

1. A sociedade adopta o tipo de sociedade anónima com a denominação «SAGREMA — Sociedade de Águas e Recursos Minerais de Angola, S.A.».

2. A sociedade durará por tempo indeterminado e com início para todos os efeitos legais a partir da celebração da escritura pública.

ARTIGO 2.º
(Sede social)

1. A sociedade tem a sede na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Horizonte Sul, Casa n.º 7.

2. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a transferência ou deslocação da sede social dentro do País, estabelecer delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no interior e exterior do país, nos termos da legislação vigente.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto social prospecção e exploração, comercialização de águas minerais e de nascente, bem como dos recursos minerais existentes nas suas áreas de concessão e ainda a prospecção de serviços na área de comércio, produção e fabricação de materiais de construção de outros produtos ligados a construção civil e obras públicas, podendo a sua fabricação, importação e exportação, distribuição e comercialização dentro e fora do território nacional, podendo em geral dedicar-se a outras actividades no domínio comercial e industrial, por si ou através da associação ou participação em sociedades, nos termos e amplitude permitidos por lei e mediante deliberação da Assembleia Geral.

2. A sociedade pode participar em agrupamentos complementares de empresas e, bem assim, adquirir originária ou subsequentemente, acções ou quotas em sociedade de responsabilidade limitada, que seja o objecto destas.

CAPÍTULO II
Capital Social, Acções e Obrigações

ARTIGO 4.º
(Capital social e constituição)

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), dividido em 2000 acções com o valor nominal de Kz: 1000,00 (mil kwanzas), cada uma.

2. O capital social poderá ser elevado uma ou mais vezes, por deliberação da Assembleia Geral, obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, fixando aquele nos termos legais, as condições de subscrição, as categorias de acções e os direitos de preferência na subscrição das novas acções.

ARTIGO 5.º
(Aumento do capital social)

1. Os aumentos de capital social que de futuro se torne necessários à equilibrada expansão e gestão das actividades da sociedade serão deliberados em Assembleia Geral, obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal.

2. Em todos os aumentos de capital social, os accionistas terão o direito de preferência na subscrição de novas acções, na proporção das que ao tempo possuírem, salvo se

a Assembleia Geral pela maioria exigida no n.º 4 do artigo 15.º do presente estatuto deliberar limitar ou suprimir aquele direito, desde que o interesse social o justifique.

ARTIGO 6.º
(Representação do capital)

1. Todas acções representativas do capital social, são nominativas, podendo quando legalmente admissível e nos termos em que o seja, ser convertidas na forma escritural.

2. As acções são registadas, obrigatoriamente, no livro de registo de acções da sociedade.

3. Haverá títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1000, 5000, e múltiplos de 10.000 acções, mas os accionistas podem a todo o tempo solicitar o desdobramento ou a concentração dos títulos.

4. Os títulos são assinados por dois administradores, podendo as assinaturas ser por chancela, por aqueles autorizados.

5. As despesas de conversão das acções bem como as de desdobramento ou concentração de títulos, corre por conta dos accionistas que queiram tais actos.

ARTIGO 7.º
(Categoria de acções)

1. Quando permitido por lei e sob proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral pode autorizar a sociedade a emitir acções preferenciais sem voto e, bem assim, acções removíveis, com ou sem voto definindo a forma de determinação do respectivo dividendo prioritário.

2. Nos aumentos de capital por incorporação de reservas poderão, quando permitido por lei e por deliberação da Assembleia Geral, ser emitidas acções preferenciais sem voto, proporcionais às acções desta categoria já existentes, a distribuir exclusivamente pelos titulares destas.

3. Quando permitido por lei as acções preferenciais sem voto podem, na sua emissão, ficar sujeitos a remissão na data ou prazo que for deliberado pela Assembleia Geral.

4. As acções removíveis sê-lo-ão pelo valor nominal ou com o prémio que for fixado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 8.º
(Acções próprias)

A sociedade pode adquirir acções próprias, nas condições e dentro dos limites autorizados por lei.

ARTIGO 9.º
(Obrigações)

1. A sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações convertíveis em acções quando autorizada por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

2. Por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade pode emitir obrigações não convertíveis em acções.

3. As obrigações emitidas pela sociedade podem ter qualquer modalidade de juro ou reembolso permitidos por lei:

CAPÍTULO III
Órgãos Sociais

ARTIGO 10.º
(Enumeração e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal.

ARTIGO 11.º
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito a voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

2. Só poderão participar na Assembleia os titulares de acções averbadas em seu nome, no livro de registo de acções da sociedade, até 15 dias antes do dia da reunião.

3. Para os efeitos do disposto no número anterior, as acções deverão manter-se registadas em nome dos accionistas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

4. Os accionistas sem direito a voto e os obrigacionistas não podem assistir as reuniões da Assembleia Geral.

5. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal deverão estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral, podendo intervir nos trabalhos, apresentar propostas, participar nos debates.

ARTIGO 12.º
(Representação na Assembleia Geral)

1. Os accionistas que pretendem fazer-se representar nas Assembleias Gerais poderão fazê-lo mediante simples carta assinada e dirigida, ao Presidente da Mesa e por este recebida com 5 dias de antecedência em relação ao dia designado para a reunião respectiva, contando que o representante seja membro do Conselho de Administração, cônjuges, ascendentes, descendente ou outro accionista com direito a voto.

2. Dentro do prazo fixado no número anterior pela mesma forma, as pessoas colectivas devem indicar, ao Presidente da Mesa, quem as representará.

3. O Presidente da Mesa pode, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro do prazo fixado nos números anteriores, quando verifica que isso prejudica os trabalhos da Assembleia.

ARTIGO 13.º
(Voto e unidade de voto)

1. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto.

2. Os accionistas que não possuam o número de acções necessárias a terem direito a voto poderão agrupar-se de forma a perfazê-lo, devendo designar, por acordo, um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

ARTIGO 14.º
(Convocação da Assembleia Geral)

1. As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral devem ser feitas com antecedência mínima de 30 dias pelas formas prescritas por lei.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior os titulares de acções nominativas residentes no estrangeiro serão convocados por carta registada expedida para o endereço que, expressamente para esse efeito, tiverem indicado à sociedade, através de carta registrada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 15.º
(Quorum e maiorias)

1. Em primeira data de convocação a Assembleia Geral não pode reunir sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de 50% de capital social sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.

2. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

3. A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, salvo o disposto no número seguinte.

4. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade, ou outros assuntos para os quais a lei exige a maioria qualificada, sem especificar devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos pela legislação aplicável.

ARTIGO 16.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e por um secretário eleito pela Assembleia Geral e que poderão ser accionistas.

2. Os Membros da Mesa são eleitos por período de 4 anos sendo permitido a sua reeleição.

3. Os Membros da Mesa mantêm-se em efectividade de funções até a posse dos membros que substituirão.

ARTIGO 17.º
(Competência da Assembleia Geral)

Compete à Assembleia Geral, designadamente:

- a) Eleger os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e designar os respectivos presidentes;
- b) Apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço e contas, e o parecer do Conselho Fiscal e deliberar sobre a aplicação do resultado do exercício;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos inclusive aumentos do capital social;
- d) Aprovar os regulamentos de funcionamento dos Órgãos Sociais.

ARTIGO 18.º
(Reuniões da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral reúne ordinariamente até 31 de Março de cada ano e extraordinariamente a pedido de um dos outros órgãos sociais, ou dos accionistas que representam pelo menos 5% do capital social.

SECÇÃO I
Conselho de Administração

ARTIGO 19.º
(Natureza e composição)

1. A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, constituída por um número ímpar de membros, num mínimo de 3 e num máximo de 7 administradores dentre os accionistas ou estranhos.

2. A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa considera-se fixado o número de administradores eleitos.

3. O mandato dos administradores designados é de 4 anos sendo permitida a sua reeleição.

4. Na falta ou impedimento definitivo de qualquer administrador proceder-se-á a captação de um substituto. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tenha sido eleito.

5. Os administradores designados estão dispensados de prestar caução nos termos da Lei.

ARTIGO 20.º
(Atribuições do Conselho de Administração)

1. Ao Conselho de Administração compete, sem prejuízo das demais atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos presentes estatutos:

- a) Gerir os negócios sociais praticando todos os actos e operações conforme o seu objecto social;
- b) Nomear a Direcção;
- c) Elaborar os documentos provisionais da actividade da sociedade e os correspondentes relatórios de execução;
- d) Adquirir, onerar ou alienar quaisquer bens e direitos móveis ou imóveis sempre que o entenda conveniente para sociedade;
- e) Decidir sobre a participação no capital de outras sociedades;
- f) Estabelecer a organização interna da sociedade e as normas de funcionamento interno e submetê-las a aprovação da Assembleia Geral, contratar empregados, fixar os seus vencimentos, regalias sociais e outras prestações pecuniárias e exercer o correspondente poder directivo e disciplinar;
- g) Representar a sociedade em juízo e fora dele activa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e seguir pleitos, desistir ou transigir em processos, comprometer-se em arbitrio, assinar termos de responsabilidade, cabendo-lhe os mais amplos poderes de gerência assim como deliberar sobre quaisquer assuntos da sociedade que não caibam na competência de outros órgãos;
- h) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos seus membros, nos termos estatutários;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

2. O Conselho de Administração estabelecerá as regras do seu funcionamento, por regulamento, incluindo a forma de suprir os impedimentos do seu presidente, a saber ser aprovado em Assembleia Geral.

ARTIGO 21.º
(Presidente do Conselho de Administração)

Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar o Conselho de Administração;
- b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e coordenar a respectiva actividade;
- c) Exercer o voto de qualidade.

ARTIGO 22.º
(Reunião e deliberação)

1. O Conselho de Administração reunirá em sessão ordinária pelo menos uma vez em dois meses.

2. O Conselho de Administração reunirá extraordinariamente sempre que for convocado pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

3. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos administradores presentes e devem constar de acta.

4. Em caso de empate nas votações o presidente ou quem o substituir terá voto de qualidade.

ARTIGO 23.º
(Delegação de poderes e mandatários)

1. O Conselho de Administração poderá delegar numa comissão executiva, poderes e competências de gestão corrente e de representação social, exercendo este órgão com necessárias adaptações as atribuições do artigo 20.º do presente Estatuto.

2. O Conselho de Administração poderá conferir mandatos temporários com ou sem a faculdade de substa-blecimento mesmo para pessoas estranhas à sociedade para o exercício dos poderes ou tarefas que julgue conveniente atribuir-lhes.

ARTIGO 24.º
(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade fica obrigada:

- a) Pelo Presidente do Conselho de Administração juntamente com qualquer dos administradores;
- b) Pela assinatura de um só administrador agindo dentro dos poderes que lhe tenham sido conferidos por deliberação do Conselho de Administração consignado em acta;
- c) Pela assinatura de um procurador constituído para prática de acto certo e determinado;
- d) Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura dos membros do Conselho de Administração a que tenham sido delegados poderes e competências de gestão corrente e de representação social ou de um procurador devidamente autorizado para o efeito;

ARTIGO 25.º
(Remunerações)

As remunerações e outras prestações ou benefícios complementares, dos membros dos órgãos sociais, serão fixados por uma comissão de remunerações, constituída por accionistas designados pela Assembleia Geral.

SECÇÃO II
Conselho Fiscal

ARTIGO 26.º
(Fiscalização da sociedade)

1. A Fiscalização dos negócios sociais é exercida por um Conselho Fiscal composto por 3 membros sendo um deles o presidente.

2. Os membros do Conselho Fiscal podem ser ou não accionistas.

3. Os membros do Conselho Fiscal serão designados pela Assembleia Geral por um período de 4 anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral deverá designar dentre os membros eleitos, o presidente do órgão.

4. Um dos membros efectivos terá de ser, necessariamente técnico de contas ou revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficial de contas.

5. O Conselho Fiscal exerce as funções que por lei lhe são cometidas.

ARTIGO 27.º
(Reunião)

1. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente nos prazos estabelecidos por lei e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

2. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e com a presença de mais de metade dos membros em exercício.

3. No caso de empate nas votações, o presidente tem voto de qualidade.

4. Os membros do Conselho Fiscal, por indicação expressa do Conselho de Administração, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração, sem direito de voto.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 28.º
(Ano social)

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 29.º
(Aplicação de resultados)

1. Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão a aplicação que a Assembleia Geral determinar, deduzidas as percentagens que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva legal e de garantia.

2. Cobertura de prejuízo de exercícios anteriores.

3. Gratificações a atribuir aos trabalhadores, se disso for caso, segundo critério a definir em Assembleia Geral.

4. Reintegração ou reforço de reservas não impostas por lei ou para dividendo dos accionistas conforme for deliberado em Assembleia Geral.

ARTIGO 30.º
(Litígios e foro competente)

Em caso de litígios que oponham a sociedade aos accionistas, seus herdeiros ou representantes, emergentes ou não destes estatutos, fica estipulado, para sua resolução, o Foro da Comarca da Sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 31.º
(Dissolução)

A sociedade dissolve-se mediante deliberação tomada em Assembleia Geral por maioria representativa de 75% do seu capital social, observados que sejam os condicionamentos legais aplicáveis.

ARTIGO 32.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade, será ela liquidada em conformidade com as respectivas disposições legais.

ARTIGO 33.º
(Remuneração, percentagem dos lucros)

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração poderá acrescer uma percentagem global dos lucros da sociedade, a deliberar pela Assembleia Geral. A percentagem global destinada aos administradores não poderá exceder 2% dos lucros líquidos de exercício.

ARTIGO 34.º
(Exercício dos cargos sociais)

1. Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por período de 4 anos sendo sempre permitida a sua reeleição.

2. Os eleitos consideram-se empossados logo após a sua eleição, sem dependência de quaisquer outras formalidades, e permanecerão no exercício das suas funções até a eleição de quem deva substituí-los.

(15-7161-L03)

NISSO — Imobiliária (Angola), Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 23 do livro de notas para escrituras diversas n.º 24-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, licenciado em direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Azmi Ghanem Yazbek, casado com Messerine Maaz, sob o regime de separação de bens, natural da Alemanha, de nacionalidade alemã, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Cónego Manuel das Neves, n.º 12-D, 1.º andar, Zona 10;

Segundo: — Zakaria Diab, solteiro, maior, natural de El Rachidie, de nacionalidade palestiniana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE NISSO — IMOBILIÁRIA (ANGOLA), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «NISSO — Imobiliária (Angola), Limitada», tem a sua sede provisória em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Avenida 21 de Janeiro, Rua da Unavem II, casa s/n.º direito.

2. A gerência poderá ainda deslocar a sede, abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional e internacional onde e quando os sócios entenderem conveniente.

ARTIGO 2.º (Duração)

1. A sua duração é por tempo indeterminado, e a sua existência jurídica conta-se a partir da data da celebração da presente escritura pública.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

1. O seu objecto social consiste no exercício de arrendamento de imóveis, compra e venda de imóveis, tecnologias de informação e telecomunicações, serviços de suporte técnico a tecnologia da informação, prestação de serviços na venda de computadores, *softwares*, redes, servidores, cabeamento estruturado, telefonia e interfonia elétrica, predial e industrial, comércio geral, grosso e retalho, indústria, venda e reparação de equipamentos informáticos, agro-pecuária, agricultura, avicultura, importação e exportação, construção civil e obras públicas, prospecção, exploração e comercialização de recursos minerais, venda e distribuição de produtos e derivados de petróleo, hotelaria e turismo, promoção de eventos culturais e desportivos, educação, agência de viagens e de moda, *marketing* comercial e áudio visual, consultoria jurídica, financeira e administrativa, organização e gestão empresarial, prestação de serviço de limpeza e saneamento básico, gestão de empresas comerciais e industriais, gestão de imóveis, compra e venda de bens móveis, tipografia industrial, designer e serviços gráficos, camionagem, aluguer de máquinas hospitalares, farmácia, transitários e agentes de navegação, produtos de beleza e cosméticos, podendo ainda dedicar-se a qualquer ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representados por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Azmi Ghanem Yazbek e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Zakaria Diab, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Financiamento da actividade social)

1. Mediante a deliberação da Assembleia Geral tomada pela maioria necessária caso haja alteração dos estatutos, o capital social poderá ser aumentado sempre que necessário.

2. Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante igual a 20 (vinte) vezes do capital social mediante a deliberação da Assembleia Geral tomada pela maioria necessária de sócios caso haja, bem como a alteração dos estatutos, em que se especifiquem as condições dos respectivos reembolsos.

3. Os sócios poderão fazer suprimentos à caixa social, nas condições estabelecidas e fixadas por deliberação da Assembleia Geral tomada pela maioria necessária a alteração dos estatutos.

4. A sociedade poderá recorrer ao crédito interno e externo nos termos da lei

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

1. A Cessão de quotas ou parte das quotas entre os sócios é livre dentro dos limites estabelecidos pelas disposições legais imperativas, mas a estranho depende da autorização dos sócios dada através da deliberação da Assembleia Geral por unanimidade tendo os sócios não cedentes na proporção das suas quotas, direito de preferência nestas alienações. Não querendo algum dos sócios usar desse direito, este deferir-se-á aos restantes na proporção referida.

2. O sócio cedente requererá à sociedade por escrito, a convocação da Assembleia Geral para a deliberação sobre a autorização da projectada cessão de quotas ou parte dela. A sociedade após deliberação da Assembleia Geral, comunicará, no prazo de 8 (oito) dias a contar da data da reunião da Assembleia Geral, também por escrito ao alienante e aos outros sócios o conteúdo da deliberação.

3. Tendo sido autorizada a cessão, a sociedade ou qualquer outro sócio que queira adquirir a quota deverá comunicá-lo ao cedente, por escrito no prazo de 30 (trinta) dias.

4. Na falta de resposta à notificação pelos restantes sócios no prazo em que lhes incumbe, dar-se-á entender como renúncia aos respectivos direitos de preferência, salvo se a cessão implicar divisão; caso em que falta de resposta da sociedade se entende como recusa de autorização para a cessão.

5. É dispensada a autorização especial da sociedade para a divisão de quotas por herdeiros dos sócios e para a cessão a favor de outro sócio.

ARTIGO 7.º
(Amortização de quotas)

1. A sociedade tem a faculdade de amortizar a quota de qualquer sócio, se ela for objecto de penhora, arresto, arrolamento, arrematação ou adjudicação judiciais.

2. A sociedade tem também a faculdade de amortizar a quota que for objecto de doação.

3. A sociedade poderá ainda amortizar a quota de qualquer sócio, mediante o acordo deste, nos termos e condições estabelecidos em deliberação da Assembleia Geral.

4. A amortização compulsiva prevista nos n.ºs 1 e 2 antecedente considerar-se-á efetuada logo que tomada a respectiva deliberação em Assembleia Geral e o respectivo valor será o apurado face ao último balanço aprovado à data da deliberação.

5. A sociedade poderá adquirir, ceder e nomear quotas do seu próprio capital nos termos de deliberação da Assembleia Geral, tomada pela maioria a alteração do estatuto.

ARTIGO 8.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Azmi Ghanem Yazbek, nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica expressamente vedado à gerência, obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações, avales ou documentos semelhantes.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais, salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades, são convocadas por carta dirigidas aos sócios com antecedência não inferior a 30 (trinta) dias, por correio registado com aviso de recepção ou protocolo.

2. As Assembleias poderão ser realizadas na sede social da empresa, ou em um outro lugar a ser indicado.

3. A Assembleia Geral só poderá deliberar validamente quanto estejam presentes ou representados sócios que representam pelo menos 51% da totalidade do capital social, exopto nos casos em que a lei ou os estatutos exijam uma maioria superior para a deliberação em causa.

4. Os sócios poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por qualquer pessoa, ainda que não sócio, mediante carta dirigida à sociedade.

ARTIGO 10.º
(Constituição de garantia)

Fica absolutamente proibido aos sócios constituir as suas quotas em garantia ou caução de qualquer obrigação, sem prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 11.º
(Ano social e resultados)

1. O ano social é civil.

2. Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada a não, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

3. Os lucros apurados, depois de deduzida a percentagem para a reserva legal sempre que este fundo não encontre suficientemente integrado nos termos legais, terão o destino que for deliberado em Assembleia Geral.

4. Sem acordo dos restantes sócios nenhum sócio poderá levantar quaisquer importâncias que lhe tenha sido atribuída sem que se encontrem pagas as suas dívidas para com a sociedade.

ARTIGO 12.º
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa, por meio de elaboração de uma acta da Assembleia Geral.

ARTIGO 13.º
(Duvidas e omissões)

Para todas questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º
(Disposição Finais)

No omissis regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(15-7162-L03)

Tsumeb, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 19 do livro de notas para escrituras diversas n.º 24 - B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — José Augusto da Cunha, solteiro, maior, natural de Calandula, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, rua s/n.º, casa s/n.º, Zona n.º 4;

Segundo: — Délcio Gwalter Soma da Cunha, menor, natural de Lubango, Província da Huíla;

Terceiro: — Edilene Noelma Soma da Cunha, menor, natural de Lubango, Província da Huíla;

Quarto: — Wesley Kelson Soma da Cunha, menor, natural de Ingombota, Província de Luanda;

Quinto: — Shaira Nayarà Soma da Cunha, menor, natural de Ingombota, Província de Luanda;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TSUMEB, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Tsumeb, Limitada», com sede social na Província e Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral n.º 147, Prédio Ex-Valentim de Carvalho, 2.º andar, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, agro-pecuária, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, *cyber* café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor

nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio José Augusto da Cunha e 4 (quatro) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Délcio Gwalter Soma da Cunha, Edilene Noelma Soma da Cunha, Wesley Kelson Soma da Cunha e Shaira Na Yara Soma da Cunha, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio José Augusto da Cunha que fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7163-L03)

H2Y, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 29, do livro de notas para escrituras diversas n.º 24-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Mário Abílio Hebo, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente no Município de Viana, Bairro Caop, Rua Brasileira casa s/n.º;

Segundo: — Joaquim Osvaldo José, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Martin Luther King, n.º 91, rés-do-chão, Zona 8;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE

H2Y, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

1. A sociedade adopta a denominação de «H2Y, Limitada», tem a sua sede provisória em Luanda, Município de Viana, Bairro de Viana Sede, Rua 11 de Novembro, Talhão 18-A.

2. A gerência poderá ainda deslocar a sede, abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional e internacional onde e quando os sócios entenderem conveniente.

ARTIGO 2.º

(Duração)

1. A sua duração é por tempo indeterminado, e a sua existência jurídica conta-se a partir da data da celebração da presente escritura pública.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

1. O seu objecto social, consiste no exercício de tecnologias de informação e telecomunicações, serviços de suporte técnico a tecnologia da informação, prestação de serviços na venda de computadores, *softwares*, redes, servidores, cabeamento estruturado; telefonia e interfonia elétrica, predial e industrial, comércio geral, grosso e retalho, indústria, venda e reparação de equipamentos informáticos, agro-pecuária, agricultura, avicultura, importação e exportação, construção civil e obras públicas, prospecção, exploração e comercialização de recursos minerais, venda e distribuição de produtos e derivados de petróleo, hotelaria e turismo, promoção de eventos culturais e desportivos, educação, agência de viagens e de moda, *marketing* comercial e áudio visual, consultoria jurídica, financeira e administrativa, organização e gestão empresarial, prestação de serviço de limpeza e saneamento básico, gestão de empresas comerciais e industriais, gestão de imóveis, compra e venda de bens móveis, tipografia industrial, designer e serviços gráficos, camionagem, aluguer de máquinas hospitalares, farmácia, transitários e agentes de navegação, produtos de beleza e cosméticos, podendo ainda dedicar-se a qualquer ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representados por 2 (duas) quotas sendo 1 (umá) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas) pertencente ao sócio Mário Abílio Hebo e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) pertencente ao sócio Joaquim Osvaldo José, respectivamente.

ARTIGO 5.º

(Financiamento da actividade social)

1. Mediante a deliberação da Assembleia Geral tomada pela maioria necessária caso haja alteração dos estatutos o capital social poderá ser aumentado sempre que necessário.

2. Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante igual a 20 (vinte) vezes do capital social mediante a deliberação da Assembleia Geral tomada pela maioria necessária de sócios caso haja, bem como a alteração dos estatutos, em que se especifiquem as condições dos respectivos reembolsos.

3. Os sócios poderão fazer suprimentos a caixa social, nas condições estabelecidas e fixadas por deliberação da Assembleia Geral tomada pela maioria necessária a alteração dos estatutos.

4. A sociedade poderá recorrer ao crédito interno e externo nos termos da lei.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

1. A cessão de quotas ou parte das quotas entre os sócios é livre dentro dos limites estabelecidos pelas disposições legais imperativas, mas a estranho depende da autorização dos sócios dada através da deliberação da Assembleia Geral por unanimidade tendo os sócios não cedentes na proporção das suas quotas, direito de preferência nestas alienações. Não querendo algum dos sócios usar desse direito, este deferir-se-á aos restantes na proporção referida.

2. O sócio cedente requererá à sociedade por escrito, a convocação da Assembleia Geral para a deliberação sobre a autorização da projectada cessão de quotas ou parte dela. A sociedade após deliberação da Assembleia Geral, comunicará, no prazo de 8 (oito) dias a contar da data da reunião da Assembleia Geral, também por escrito ao alienante e aos outros sócios o conteúdo da deliberação.

3. Tendo sido autorizada a cessão, a sociedade ou qualquer outro sócio que queira adquirir a quota deverá comunicá-lo ao cedente, por escrito no prazo de 30 (trinta) dias.

4. Na falta de resposta à notificação pelos restantes sócios no prazo em que lhes incumbe, dar-se-á entender como renúncia aos respectivos direitos de preferência, salvo se a cessão implicar divisão, caso em que falta de resposta da sociedade se entende como recusa de autorização para a cessão.

5. É dispensada a autorização especial da sociedade para a divisão de quotas por herdeiros dos sócios e para a cessão a favor de outro sócio.

ARTIGO 7.º
(Amortização de quotas)

1. A sociedade tem a faculdade de amortizar a quota de qualquer sócio, se ela for objecto de penhora, arresto, arrolamento, arrematação ou adjudicação judiciais.

2. A sociedade tem também a faculdade de amortizar a quota que for objecto de doação.

3. A sociedade poderá ainda amortizar a quota de qualquer sócio, mediante o acordo deste, nos termos e condições estabelecidos em deliberação da Assembleia Geral.

4. A amortização compulsiva prevista nos n.ºs 1 e 2 antecedente considerar-se-á efetuada logo que tomada a respectiva deliberação em Assembleia Geral e o respectivo valor será o apurado face ao último balanço aprovado à data da deliberação.

5. A sociedade poderá adquirir, ceder e nomear quotas do seu próprio capital nos termos de deliberação da Assembleia Geral, tomada pela maioria a alteração do estatuto.

ARTIGO 8.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Mário Abílio Hebo, nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica expressamente vedado à gerência, obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações, avales ou documentos semelhantes.

ARTIGO 9.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais, salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades, são convocadas por carta dirigidas aos sócios com antecedência não inferior a 30 (trinta) dias, por correio registado com aviso de recepção ou protocolo.

2. As Assembleias poderão ser realizadas na sede social da empresa, ou em um outro lugar a ser indicado.

3. A Assembleia Geral só poderá deliberar validamente quanto estejam presentes ou representados sócios que representam pelo menos 51% da totalidade do capital social, excepto nos casos em que a lei ou os estatutos exijam uma maioria superior para a deliberação em causa.

4. Os sócios poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por qualquer pessoa, ainda que não sócio, mediante carta dirigida à sociedade.

ARTIGO 10.º
(Constituição de Garantia)

Fica absolutamente proibido aos sócios constituir as suas quotas em garantia ou caução de qualquer obrigação, sem prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 11.º
(Ano social e resultados)

1. O ano social é civil.

2. Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada a não, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março do ano seguinte.

3. Os lucros apurados, depois de deduzida a percentagem para a reserva legal sempre que este fundo não encontre suficientemente integrado nos termos legais, terão o destino que for deliberado em Assembleia Geral.

4. Sem acordo dos restantes sócios nenhum sócio poderá levantar quaisquer importâncias que lhe tenha sido atribuídas sem que se encontrem pagas as suas dívidas para com a sociedade.

ARTIGO 12.º
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota estiver indivisa, por meio de elaboração de uma acta da Assembleia Geral.

ARTIGO 13.º
(Dúvidas e omissões)

Para todas questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º
(Disposição finais)

No omissis regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(15-7164-L03)

Kaimara, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 33 do livro de notas para escrituras diversas n.º 24-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, licenciado em direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Kamata Alfredo Manuel Chinhama, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Bairro Neves Bendinha, Rua da Gabela, n.º 645, Zona 12;

Segundo: — Márcia Vanessa da Silva Feijó, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Bairro Maculusso, Rua Eduardo Mondlane, n.º 14-16;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
KAIMARA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Kaimara, Limitada», com sede social na Província e Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua da Gabela, n.º 645, Zona 12, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a pesca, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, agro-pecuária, informática, telecomunicações, publici-

dade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, organizações de eventos, hotelaria e turismo e similares, serviços de *take-away*, *gastável* e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfecção, fabricação e venda de gelo, *cyber café*, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Kamata Alfredo Manuel Chinhama e Márcia Vanessa da Silva Feijó, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, bastando as suas assinaturas, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva forma-

lidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7165-L03)

W Maria Pluriservices, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 31 do livro de notas para escrituras diversas n.º 24-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, licenciado em direito, foi constituída entre:

Primeira: — Maria Carlos da Silva, solteira, maior, natural da Gabela, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Luther King, Zona n.º 8;

Segunda: — Maria Emília Manuel Guia Bengui, casada com Germane Bento David Bengui, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Gabela, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente no Uíge, Município do Uíge, Bairro Papelão, casa s/n.º, Zona n.º 1;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
W MARIA PLURISERVICES, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «W Maria Pluriservices, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Sequele, Rua 3, Prédio 36, 101-A, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, hotelaria e turismo, consultoria, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, organizações de eventos, hotelaria e turismo e similares, serviços de *take away*, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação;

video clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, *cyber* café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Maria Carlos da Silva e Maria Emília Miguel Guia Bengui, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambas as sócias que ficam desde já nomeadas gerentes, bastando uma das suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado às gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na

falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissivo regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7166-L03)

Mauro Madefe-Taxis, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 81, do livro de notas para escrituras diversas n.º 263-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Mauro Jeovani Afonso Chivinda, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huila, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua de Ambaca, Casa n.º 275, rés-do-chão;

Segundo: — Brigida Marlene Deca Lopes, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, no Município de Belas, Projecto Nova Vida, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
MAURO MADEFE-TAXIS, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Mauro Madefe-Taxis, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga,

Bairro Cassequel, Avenida 21 de Janeiro, Casa n.º 7, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, a grosso e a retalho, indústria transformadora e semi-transformadora, intermediação de seguros, hotelaria e turismo, restauração, prestação de serviços, marketing, publicidade e comunicação, assessoria, consultoria empresarial, gestão e produção de eventos, consultoria, auditoria, agenciamento de viagens, geral a grosso e a retalho, restauração, serviços de transportes aéreo, marítimo e terrestre, de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, botequim, serviços médico-hospitalares, comércio de medicamentos e de material e equipamentos hospitalares, serviços de ourivesaria, indústria pasteleira e panificadora, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios decidam e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), subscrito e está integralmente realizado em dinheiro e distribuído da seguinte forma:

Mauro Jeovani Afonso Chivinda, uma quota de 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas);

Brigida Marlene Deca Lopes uma quota no valor nominal de 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas).

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Mauro Jeovani Afonso Chivinda e Brigida Marlene Deca Lopes, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social liquidado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7192-L02)

Estilo & Etiqueta, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 87, do livro de notas para escrituras diversas n.º 402, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Carlos Filipe, solteiro, maior, natural do Bié, Província do Bié, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires de Kifangondo, Rua 18, Casa n.º 102, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de sua filha menor Calisia Stela Gomes Filipe, de 3 meses de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ESTILO & ETIQUETA, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Estilo & Etiqueta, Limitada», com sede social na Província de Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 8, Casa n.º 86, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura,

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social boutique, comércio geral a grósso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, depósito de médicos, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e despor-

tivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, educação e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Carlos Filipe e Calisia Stela Gomes Filipe, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Carlos Filipe, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o

sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7195-L02)

Mistov Príncipe Real (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 91 do livro-diário de 4 de Maio do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Maria Luísa de Jesus Delfina Salvador, solteira, maior, de nacionalidade angolana, natural da Muxima, Província do Bengo, Município da Quissama, residente em Luanda, Província de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua 2, Casa n.º 64, Zona 12, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Mistov Príncipe Real (SU), Limitada», registada sob o n.º 2.238/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Maio de 2015.

— O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MISTOV PRÍNCIPE REAL (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Mistov Príncipe Real (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua Olímpio Macuéria, Casa n.º 64, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, electricidade, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Maria Luísa de Jesus Delfina Salvador.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia-cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passi-

vamente, incumbe à sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ela assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com a sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissivo regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-7197-L02)

Parcel One Imobiliária, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 46, do livro de notas para escrituras diversas n.º 401, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Tomás Maria Girão Zenoglio de Oliveira, casado, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade angolana, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Cirilo da Conceição e Silva, Prédio n.º 1, 3.º andar, Apartamento n.º 3, que outorga neste acto como mandatário da sociedade «DARWIN — Investment Management, S.A.», com sede em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Rua do Centro de Convenções (Via S8, GU5B), Bloco 4, Fração 603, e Jaime Miguel Ferreira

Carneiro, casado com Denise Janaina Guerreiro de Almeida Carneiro, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Bairro Amílcar Cabral, Casa n.º 3;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, aos 5 de Maio de 2015. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE COMERCIAL PARCEL ONE IMOBILIÁRIA, LIMITADA

CAPÍTULO I Generalidades

ARTIGO 1.º
(Da denominação social)

A sociedade denomina-se «Parcel One Imobiliária Limitada» e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º
(Da sede)

1. A sociedade tem a sua sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro de Talatona, Rua Centro de Convenções (Via S08), Cidade Financeira, Edifício II, Bloco 3, 6.º andar.

2. Por simples decisão ou deliberação da Gerência, a sede social pode ser transferida para outro local dentro do território angolano.

3. A gerência pode deliberar a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, delegações, estabelecimentos ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no território nacional ou no estrangeiro, sem necessidade de deliberação prévia dos sócios.

ARTIGO 3.º
(Do objecto social)

1. A sociedade tem como objecto social a promoção imobiliária, nacional ou estrangeira, em todas as suas vertentes e variantes, podendo para o efeito, directa ou indirectamente:

- a) Comprar e vender e/ou comprar para revender quaisquer bens imóveis;
- b) Tomar e dar em arrendamento, ou por qualquer outra forma legalmente admissível locar bens imóveis;
- c) Constituir, adquirir e/ou vender quaisquer direitos de superfície sobre imóveis;
- d) Ceder a exploração ou aceitar a exploração de quaisquer bens imóveis;
- e) Alienar, onerar ou dispor por qualquer forma legalmente admissível dos bens imóveis afectos à sua actividade comercial;

- f) Construir, edificar, remodelar e reabilitar, por si própria ou por meio de terceiros que contrate para o efeito, quaisquer imóveis e infra-estruturas, sejam estes públicos ou privados;
- g) Promover, participar ou de qualquer outra forma realizar obras públicas ou privadas, afectas ao sector imobiliário e às infra-estruturas urbanas;
- h) Mediar ou intermediar quaisquer transacções imobiliárias;
- i) Participar em quaisquer sociedades comerciais que se dediquem à promoção imobiliária, podendo adquirir e/ou alienar as mesmas, ou até mesmo dar tais participações em garantia de projectos imobiliários que promova;
- j) Adquirir ou participar em fundos de investimento, obrigações, ou outras formas de títulos, desde que afectos ao sector imobiliário;
- k) Em geral, praticar quaisquer convenientes ou adequados à realização do seu objecto social.

2. A sociedade, dentro dos limites permitidos por lei, poderá exercer quaisquer actividades subsidiárias ou complementares ao seu objecto social, desde que assim seja deliberado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II Do Capital Social

ARTIGO 4.º (Do capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), está integralmente realizado em numerário e corresponde à soma de 2 (duas) quotas, repartidas do seguinte modo:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil kwanzas), correspondente a 99% (noventa e nove por cento) do capital social da sociedade, da titularidade da sócia «DARWIN — Investment Management, S. A.»;
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), correspondente a 1% (um por cento) do capital social da sociedade, da titularidade do sócio Jaime Miguel Ferreira Carneiro.

2. Os sócios, à proporção do capital que detiverem ao tempo, gozam do direito de preferência em qualquer caso de aumento do capital social, podendo um deles chamar a si, na mesma proporção, a subscrição escusada por qualquer outro.

ARTIGO 5.º (Da transmissão das quotas)

1. A cessão, total ou parcial das quotas, quando feita a terceiros, depende de aprovação pela sociedade.

2. Os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo gozam do direito de preferência em qualquer caso de cessão de quotas.

ARTIGO 6.º

(Das prestações suplementares e dos suprimentos)

1. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital, suprimentos ou outras prestações acessórias nos termos, pelos prazos e nas condições que vierem a ser estabelecidos em Assembleia Geral.

2. Os suprimentos, bem como as prestações acessórias, poderão ser remunerados e/ou transformados em capital social e/ou ter outro destino, conforme opção do próprio sócio no momento do contrato respectivo.

3. Os suprimentos deverão constar de contrato escrito.

ARTIGO 7.º

(Da amortização da quota)

1. A sociedade poderá amortizar quotas por acordo com o respectivo titular.

2. A sociedade pode amortizar uma quota contra a vontade do respectivo titular quando tenham ocorrido os factos a seguir enumerados que o presente contrato considera fundamento de amortização compulsiva:

- a) Fraude; acção ou acusação, devidamente comprovadas, atentatórias dos direitos e do bom-nome da sociedade ou dos sócios;
- b) Condenação do sócio em acção movida pela sociedade;
- c) Arrolamento, penhora ou arresto da quota ou risco de alienação judicial ou, qualquer outro motivo que retire ao titular da quota a respectiva livre disponibilidade;
- d) Partilhas em vida do sócio, por motivo de divórcio ou outro, tendo como resultado que a quota-parte dela seja adjudicada a quem não seja sócio;
- e) Falecimento do sócio se, no prazo de 180 dias os herdeiros não indicarem o seu representante com os poderes bastantes para praticar os actos inerentes à qualidade de sócio ou interdição ou inabilitação do sócio titular;
- f) Exclusão do sócio;
- g) Não comparência do sócio (que, simultaneamente, também não se faça validamente representar), por duas vezes sucessivas, a Assembleias Gerais regularmente convocadas, Extraordinárias ou cuja Ordem de Trabalhos imponha uma maioria qualificada para deliberar.

3. A amortização é precedida de uma Assembleia Geral (que constatará a verificação dos respectivos pressupostos legais e contratuais e que deverão ter lugar dentro dos seis meses posteriores ao conhecimento de qualquer dos fundamentos) e torna-se eficaz através da comunicação ao sócio afectado, por carta registada.

4. Salvo acordo das partes ou disposição legal imperativa em contrário, a contrapartida da amortização da quota será:

- a) Seu valor nominal nos casos das alíneas a), b), d), f) e g);
- b) Valor que resultar do último balanço aprovado, tidas em conta as reservas e demais fundos existentes, nos restantes casos.

5. Esta contrapartida será paga em prestações iguais e sucessivas, cujos número e datas de vencimento serão estabelecidos no acto e data da decisão de amortizar.

CAPÍTULO III Dos Órgãos Sociais

ARTIGO 8.º (Da Assembleia Geral de Sócios)

1. As Assembleias Gerais, nos casos em que a lei não exija formalidades especiais, serão convocadas com uma antecedência mínima de 15 dias, mediante carta protocolada ou registada com aviso de recepção, ou outro meio capaz de comprovadamente e atempadamente fazer chegar o aviso, nomeadamente fax, telex ou e-mail.

2. A representação voluntária de qualquer dos sócios nas Assembleias Gerais, sempre que a lei não exija outra formalidade, pode ser conferida por documento particular, a enviar ao Presidente da Assembleia, indicando o representante e a duração e o âmbito dos poderes que lhe são conferidos.

3. As deliberações para as quais a lei e os presentes Estatutos não exijam uma forma ou uma maioria específicas, nomeadamente as relativas ao consentimento da sociedade poderão ser tomadas ou por escrito, nos termos da lei, ou por maioria simples.

ARTIGO 9.º (De gerência)

1. A gestão e administração dos negócios da sociedade, a sua representação, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, dependendo do que a Assembleia Geral determinar, poderão ser exercidas por:

- a) 1 (um) gerente; ou, em alternativa;
- b) 3 (três) ou mais gerentes, mas sempre em número ímpar.

2. O mandato dos gerentes designados é de 4 (quatro) anos, sendo permitida a sua reeleição, podendo ser sócios ou pessoas estranhas à sociedade.

3. A gerência será exercida com ou sem caução, e com ou sem remuneração, conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral.

ARTIGO 10.º (Das reuniões do gerência e deliberações)

1. Quando forem eleitos três ou mais gerentes, os mesmos reunirão em Conselho de Gerência, em sessões ordinárias, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e além disso, sempre que for convocado por qualquer um dos gerentes.

2. Os gerentes serão e poderão ser convocados por e-mail, carta ou por qualquer outro meio, contando que seja por escrito.

3. O Conselho de Gerência poderá prefixar as datas e a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá a convocação nos termos do número anterior.

4. Para que o Conselho de Gerência delibere validamente é necessário que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

5. As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria dos seus administradores presentes ou representados e devem constar da acta.

ARTIGO 11.º (Dos actos dos gerentes)

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 272.º da Lei das Sociedades Comerciais, não carecendo de deliberação da Assembleia Geral, podendo ser praticados pelo gerente ou por mandatário expressamente nomeado para o efeito, os seguintes actos:

- a) A alienação, locação ou oneração do estabelecimento comercial;
- b) A alienação, locação ou oneração de imóveis ou de móveis equiparados à imóveis;
- c) A contracção de empréstimos junto de instituições de crédito.

ARTIGO 12.º (Da forma de obrigar da sociedade)

Sem prejuízo de outros casos especialmente previstos nos presentes estatutos, a sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura do Gerente, quando só tenha sido designado um gerente;
- b) Pela assinatura de pelo menos dois gerentes, quando tenham sido designados três ou mais gerentes;
- c) Pela assinatura de um Gerente com poderes delegados pelo Conselho de Gerência;
- d) Pela assinatura de um procurador da sociedade, no âmbito dos poderes constantes da respectiva procuração.

ARTIGO 13.º (Do Fiscal-Único ou órgão de fiscalização)

Nos termos legais, e sem prejuízo do que se acha disposto nos presentes estatutos, a sociedade poderá ter um Fiscal-Único, ou um Conselho Fiscal, a quem competirá realizar a fiscalização da sociedade.

CAPÍTULO IV Da Apreciação Anual de Contas

ARTIGO 14.º (Da apresentação anual de contas)

1. Anualmente, com referência a 31 de Março, será apresentado o balanço, devendo os lucros do exercício ter a seguinte aplicação:

- a) Uma parte, correspondente à percentagem legalmente exigida, na constituição e reintegração do fundo de reserva legal;
- b) Quanto ao remanescente, salvo disposição legal imperativa em contrário, a Assembleia Geral poderá deliberar que a totalidade seja destinada a outras reservas, ou que apenas uma parte dele seja distribuída, ou que todo o remanescente seja distribuído.

2. O exercício social coincide com o ano civil, encerrando a 31 de Dezembro de cada ano.

ARTIGO 15.º
(Dos lucros)

1. Os lucros distribuíveis terão a aplicação que for deliberada em Assembleia Geral, podendo inclusive ser deliberada a não distribuição de lucros.

2. Nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, podem ser feitos aos sócios adiantamentos sobre os lucros no decurso do exercício.

3. Fica a Gerência desde já autorizada a proceder aos levantamentos necessários, sobre a conta aberta em nome da sociedade onde foi depositado o montante correspondente à realização do capital social, para pagamento dos encargos resultantes dos actos necessários à constituição da sociedade e seu registo, bem como à instalação e funcionamento, mesmo antes do seu registo definitivo.

CAPÍTULO V
Disposições Diversas

ARTIGO 16.º
(Do início da actividade da sociedade)

1. As operações sociais iniciam-se na data de celebração da escritura de constituição da sociedade, ficando a gerência autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade que os assumirá como seus logo que se encontrem registada.

2. A sociedade poderá proceder ao levantamento das entregas por capital que se encontrem depositadas, mesmo antes do seu registo, nomeadamente para pagamento de despesas de constituição, de publicação e de registo.

ARTIGO 17.º
(Da exclusão de sócio)

1. Salvo disposição legal imperativa em contrário, e sem prejuízo da responsabilidade civil do sócio para com terceiros e para com a própria sociedade, esta poderá excluir o sócio quando existir justa causa, nomeadamente:

- a) Quando lhe seja imputada violação grave das obrigações para com a sociedade, nomeadamente alguns dos comportamentos citados nas alíneas a), b) e g) do n.º 2 do artigo 7.º dos presentes estatutos;
- b) Quando, sendo sócio de indústria, se impossibilita de prestar à sociedade os serviços a que ficou obrigado;

c) Quando, por causa não imputável aos gerentes nem à sociedade, se verifique o perecimento da coisa ou direito que constitua a entrada do sócio;

d) Quando, devidamente informado para o efeito, o sócio não proceda à prestação complementar de capital ou à prestação acessória a que ficou vinculado e, neste último caso, simultaneamente decorra dano para a sociedade ou para os outros sócios.

2. A exclusão produz efeitos decorridos 30 dias sobre a data da comunicação ao excluído da respectiva deliberação.

3. Tendo a sociedade apenas dois sócios a exclusão de qualquer deles deverá ser promovida pelo tribunal.

ARTIGO 18.º
(Do falecimento dos sócios)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 7.º, n.º 2, alínea e) dos presentes estatutos, a sociedade não se dissolve por morte, interdição ou inabilitação de sócio, continuando com os sobreviventes, os herdeiros do falecido ou o representante legal do interditado ou inabilitado.

2. Os herdeiros, enquanto a quota se mantiver indivisa, serão representados por um só, dotado de poderes necessários e adequados para agir como sócio.

ARTIGO 19.º
(Da dissolução da sociedade)

1. A sociedade dissolve-se nos casos e termos legais.

2. A liquidação da sociedade rege-se-á pelas deliberações da Assembleia Geral.

3. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a liquidação do património social será efectuada por uma comissão liquidatária que será constituída pelos gerentes em exercício à data da respectiva deliberação.

ARTIGO 20.º
(Da lei aplicável e dos casos omissos)

1. Os presentes Estatutos regem-se pela lei angolana.

2. No omissos regularão as deliberações sociais, bem como as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, estabelecida pela Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-7215-L02)

MONTE HALAVALA — Empreendimentos, Limitada

Certifico que, por escritura de 30 de Março de 2015, com início a folhas 55, a folhas 56, do Livro de Notas n.º 1-A, para escrituras diversas do 2.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo, a cargo de David Manuel da Silva Velhas, Licenciado em Direito, Notário de 1.ª Classe do referido Cartório, compareceram:

Primeiro: — Domilde Lopes Lucas Chingala, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Albertina Cassinda Adolfo Chingala, natural do Huambo, Província do Huambo onde reside habitualmente no Bairro Sassonde,

titular do Bilhete de Identidade n.º 001790401HO037, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 4 de Março de 2014;

Segundo: — Almeida Lucas Chingala, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo onde reside habitualmente na Cidade Baixa, Rua do Comércio, Casa n.º 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 001220727HO031, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, a 1 de Junho de 2012;

Foi constituída entre eles, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação «MONTE HALAVALA — Empreendimentos, Limitada», com sede no Huambo.

Está conforme.

2.º Cartório Notarial da Comarca do Huambo, no Huambo, aos 30 de Março de 2015. — O Notário de 1.ª Classe, *David Manuel da Silva Velhas*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE MONTE HALAVALA — EMPREENDEMENTOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade comercial adopta a denominação de «MONTE HALAVALA — Empreendimentos, Limitada», tem a sua sede na Cidade do Huambo, Bairro Cidade Baixa, Rua do Comércio, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências, ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio por grosso e a retalho, prestação de serviços, construção civil, obras públicas e particulares, imobiliária, exploração de bombas de combustíveis, venda de gás de cozinha e de lubrificantes, agro-pecuária, telecomunicações, comércio de telefones, de material electrónico e seus acessórios, indústria, perfumaria, pescas, peixaria, informática, assistência técnica, mobiliária, hotelaria e turismo, transportes, saúde, clínica, farmácia, venda de medicamentos e de materiais hospitalares, agência de viagem, estação de serviço, compra e venda de viaturas automóveis, de motorizadas de diversas marcas e suas peças sobressalentes, salão de beleza, boutique, pastelaria, padaria, geladaria, representação comercial, publicidade, *marketing*, *rent-a-car*, educação, colégio, formação profissional, restaurante, bar, discoteca, pub, moda e confecções, serralharia, carpintaria, marcenaria, caixilharia, desporto, jardinagem, gestão e fiscalização de espaços verdes, consultoria, auditoria, contabilidade, segurança

patrimonial, saneamento básico e limpeza, agente da Unicef, Movicel, Zap e Multichoice, decoração, exploração florestal mineral, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado pelos sócios em 2 (duas) quotas iguais com o valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Domilde Lopes Lucas Chingala e Almeida Lucas Chingala, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, a qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios, se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelo sócio Domilde Lopes Lucas Chingala, que com dispensa de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos poderes de gerência conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais tais como letras, fianças, abonações, avales ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais, serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita em tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos durante o exercício económico, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento (5%) pertencente ao fundo de reserva legal e social, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem.

falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro do Tribunal Provincial do Huambo com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão correspondentes aos civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato a que disser respeito.

ARTIGO 14.º

Na omissão regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislações aplicáveis.

(15-7285-L01)

ALMADU — Comércio Geral, Limitada

Certifico que, com início a folhas a 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 987-C do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da Sociedade «ALMADU — Comércio Geral, Limitada».

No dia 4 de Julho de 2014, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, perante mim, o Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, compareceram como outorgantes:

Almeida João, casado com Carolina André João, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Bairro Palanca, Kilamba Kiaksi, Travessa AGM, Casa n.º 32, titular do Bilhete de Identidade n.º 002478772ME032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 26 de Outubro de 2012, que outorga este acto por si individualmente e como representante legal de seu filho menor Mauro Sebastião Ndozi Ngonde, de 17 anos de idade, natural do Prenda, Distrito Urbano da Maianga, Província de Luanda, e consigo convivente.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado.

E pelo outorgante foi dito:

Que, pela presente escritura, constitui entre si e seu representado, uma sociedade comercial denominada, «ALMADU — Comércio Geral, Limitada», com sede social provisória sita em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango III, casa s/n.º

Que, a referida sociedade tem por objecto social o estipulado no artigo 3.º dos estatutos, e possui o capital social do montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), como referencia no artigo 4.º dos estatutos;

Que, esta sociedade vai reger-se pelos respectivos estatutos que faz parte integrante desta escritura, que é um documento elaborado em separado, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 78.º do Código do Notariado, com redacção que lhe foi dada pelo artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, cujo conteúdo eles outorgantes têm perfeito conhecimento, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça, aos 3 de Abril de 2014;
- b) Documento complementar a que atrás se fez alusão;
- c) Comprovativo do capital social;

Em voz alta e na presença dos outorgantes, fiz em voz alta a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, e adverti aos outorgantes da obrigatoriedade de registo deste acto no prazo de 90 dias.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
ALMADU — COMÉRCIO GERAL, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «ALMADU — Comércio Geral, Limitada», e tem a sua sede social provisória sita em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango III, casa s/n.º podendo ser transferida para outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação no País ou no estrangeiro, quando os interesses sociais o aconselhem.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais, a partir da celebração da escritura de constituição.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste em comércio geral, a grosso e a retalho, e prestação de serviços, importação e exportação, agricultura, hotelaria e turismo, prestação de serviços de saúde, farmácia, compra e venda de medicamentos, laboratório, laboratório de análises clínicas, construção, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de 100.000,00, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas iguais, cada uma no valor nominal de Kz: 50.000,00, percententes aos sócios Almeida João e Mauro Sebastião Ndozi Ngonde, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre; Porém, quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, a qual é sempre reservada o direito de preferência, deferido aos sócios se àquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos que necessitar, mediante os juros e as condições que estipulares.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, incumbem ao Almeida João, com dispensa de caução fica desde já nomeado gerente bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar outro sócio ou uma pessoa estranha à sociedade, não podendo no entanto, praticar actos estranhos ao objecto social que engajem a sociedade.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com quinze (15) dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos de destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão suportados os prejuízos se os houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes capazes, herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo este nomear um que a todos representa, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO 11.º

1. A sociedade dissolver-se-á nos casos e formas previstas na lei ou pela simples vontade dos sócios. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem.

2. Na falta de acordo e se algum deles o pretender será o activo social liquidado de forma global com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdades de condições.

ARTIGO 12.º

No omissis regularão as disposições da Lei n.º 1/04, «Lei das Sociedades Comerciais», as deliberações sociais tomadas de forma legal e demais legislações aplicáveis.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 10 de Julho de 2014. — A Ajudante, *Filomena Manuel A. João Augusto*. (15-7286-L01)

SUAVE — Indústria de Transformação e Comercialização de Papel, Limitada

Certifico que, de folhas 63 a folhas 66 do livro de notas para escrituras diversas n.º 11-A, do Cartório Notarial de Viana, a cargo do Notário Mário Alberto Muachingue, Licenciado em Direito, se encontra lavrada a escritura de teor seguinte:

Cessão de quotas, admissão de novo sócio, mudança da sede social e alteração parcial do pacto da sociedade «SUAVE — Indústria de Transformação e Comercialização de Papel, Limitada».

No dia 22 de Maio de 2014, no Município de Viana e no Cartório Notarial, perante mim, Mário Alberto Muachingue, Licenciado em Direito, Notário do mesmo Cartório compareceu como outorgante Ana Paula Godinho Marques da Conceição, divorciada, natural de Benguela, Província de Benguela, titular do Bilhete de Identidade n.º 000095596BA014, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 18 de Novembro de 2013, residente em Luanda, no Distrito da Samba, Bairro Talatoua, Condomínio Cajueiro, Rua Kwanza, Casa F, que outorga como mandatária de Amin Mohamed Jaffer, casado com Zeenat Shamin Jaffer, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kigali, de nacionalidade britânica, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Rua Lenine, Casa n.º 112, titular da Autorização de Residência n.º 0002640A07, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 13 de Novembro de 2013, Sameer Amin Hussein Jaffer, casado com Zeenie Jaffer, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Toronto, de nacionalidade canadiana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Avenida Lenine, n.º 112, titular da Autorização de Residência n.º 0003184A03, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 12 de Fevereiro de 2014 e Khalid Jaffer, solteiro, natural de Calgary, de nacionalidade canadense, residente habitualmente em Luanda, titular do Passaporte n.º BA674597, emitido em Harare, aos 23 de Setembro de 2010.

Verifiquei a identidade da outorgante pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade, a qualidade em que intervém e os seus poderes para este acto, face a Acta de Reunião da Assembleia de Sócios, datada de 16 de Março de 2014.

E por ela foi dito:

Que, os seus representados são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «SUAVE — Indústria de Transformação e Comercialização de Papel, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito do Rangel, Bairro Vila Alice, Rua Eugénio de Castro, n.º 59, constituída por escritura de 5 de Novembro de 2012, lavrada com início a folhas 41, do livro de notas para escrituras diversas n.º 116-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa.

Que, pelo presente instrumento, é admitido como novo sócio Khalid Jaffer.

Que, o sócio Sameer Amin Hussein Jaffer cede 15 % (quinze por cento) da sua quota, correspondente ao valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) a Khalid Jaffer, reservando para si uma quota no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas), equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do capital social.

Que, o sócio Amin Mohamed Jaffer cede 17,5 % (dezasete vírgula cinco por cento) da sua quota, correspondente ao valor nominal de Kz: 17.500,00 (dezasete mil e quinhentos kwanzas) a Khalid Jaffer, reservando para si uma quota no valor nominal de Kz: 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos kwanzas), equivalente a 32,5% (trinta e dois vírgula cinco por cento) do capital social.

Que, é transferida a sede social para Viana, Bairro Bié - Estalagem, Rua Projectada, Km 9, Província de Luanda.

Que, em consequência dos actos praticados alteram a redacção do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 4.º, que passam a ter a seguinte redacção

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem a sua sede em Viana, Bairro Bié - Estalagem, Rua Projectada, Km 9, Província de Luanda.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), inteiramente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, uma no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas), que corresponde a (trinta e cinco por cento) do capital social, pertencente ao sócio Sameer Amin Hussein Jaffer, outras 2 (duas) no valor nominal de Kz: 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos kwanzas) cada uma, equivalente a 32,5% (trinta e dois vírgula cinco por cento) do capital social, Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencentes aos sócios Amin Mohamed Jaffer e Khalid Jaffer, respectivamente.

Que continuam válidas todas as demais cláusulas não alteradas por esta escritura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- a) Acta da Assembleia Geral da sociedade «SUAVE - Indústria de Transformação e Comercialização de Papel, Limitada», datada de 16 de Março de 2014;
- b) Certidão Comercial, passada pela Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único, de 6 de Novembro de 2012;
- c) Escritura de constituição da sociedade, feita no Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, aos 5 de Novembro de 2012.

Esta escritura foi lida em voz alta na presença dos outorgantes, que vão assinar comigo, Notário, depois de lhes ter sido feita a explicação do seu conteúdo e efeitos, bem como a advertência da obrigatoriedade do Registo deste acto, no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinatura: Ana Paula Godinho Marques da Conceição.

O Notário, Mário Alberto Muachingue.

É a certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reportô.

Cartório Notarial de Viana, em Luanda, aos 22 de Abril de 2015. — O Notário, *Mário Alberto Muachingue*.

(15-7289-L01)

Imporel, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Fevereiro de 2015, em Luanda e no Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim, António Kiese Lopes Eduardo, Auxiliar de Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante Eugénio Ngolo Vinevala, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Casa n.º 221, titular do Bilhete de Identidade n.º 002800449HO031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 27 de Julho de 2012, que outorga neste acto como mandatário dos sócios Mário Ismael Nhandamo de Abreu Pereira da Gama, casado com Yola Nadir Vahekenydo Rosário Pereira da Gama, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Cidade do Kilamba, Edifício B-27, 6.º andar, Apartamento 63, titular do Bilhete de Identidade n.º 000558631LA032, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 10 de Outubro de 2014, Anabela Nhandamo Pereira da Gama, casada, com Benevenuto Gomes Cabral, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Samba, Província de Luanda, residente habitualmente em Cabinda, no Município de Cabinda, Bairro A Resistência, Rua Irmão Evaristo, titular do Bilhete de Identidade n.º 000555745LA039, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 15 de Novembro de 2011, e Aquina do Carmo de Oliveira Nhandamo Pereira da Gama, solteira, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Rua da Nova Samba, Casa n.º 17, titular do Bilhete de Identidade n.º 000035425LA026, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 21 de Agosto de 2013 e de Aniceto Alberto Domingos Vahekeni, solteiro, maior, natural de Ondjiva-Cuanhama, Província do Kunene, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Condomínio Sol, Casa n.º 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 005895491CE049, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 3 de Janeiro de 2013.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação, bem como certifico a qualidade e a suficiência de poderes em que o outorgante intervém neste acto, conforme os documentos que no fim menciono e arquivou.

E por ele foi dito:

Que, o seu primeiro, segunda e terceira representados são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «Imporel, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Rua da Nova Samba, Casa n.ºs 15/17, constituída por escritura pública datada de 13 de Setembro de 2010, lavrada com início a folha 30, do livro de notas para escrituras diversas n.º 22-A, deste Cartório Notarial, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 1888-10, titular do Número de Identificação Fiscal 5417108294, com o capital social, Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 36.000,00 (trinta e seis mil kwanzas), pertencente ao sócio Mário Ismael Nhandamo de Abreu Pereira da Gama e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 32.000,00 (trinta e dois mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Anabela Nhandamo Pereira da Gama e Aquina do Carmo de Oliveira Nhandamo Pereira da Gama, respectivamente;

Que, pela presente escritura e conforme Assembleia de Sócios realizada aos 6 de Janeiro de 2015, o outorgante no uso dos poderes que lhe foram conferidos, conforme procurações abaixo mencionadas, aumenta o valor do capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) para Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas) sendo o valor do aumento de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), valor este integralmente realizado em dinheiro, subscrito na sua totalidade pelo seu quarto representado (Aniceto Alberto Domingos Vahekeni).

Que o outorgante aceita a quota subscrita ao seu quarto representado;

Que a sociedade e o outorgante prescindem do seu direito de preferência, dão o seu consentimento e admitem o quarto representado do outorgante como sócio;

Em função do acto praticado altera-se a redacção dos artigos 2.º n.º 1 e 3.º n.º 1, do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem como objecto social a indústria de construção civil e obras públicas; o comércio de materiais de construção, a transformação de inertes, a agro-pecuária, a extracção, transformação e exploração mineira, rent-a-car, hotelaria e turismo, prestação de serviços, transportes, gestão de participações e empreendimentos, desenvolvimento de projectos, energias e águas, agro-limentos, tecnologias de informação, imobiliário, arquitectura, infra-estrutura e área ambiental, podendo ainda exercer outras actividades de natureza acessória, complementar ou diversa da sua actividade principal, desde que permitidas por lei

ARTIGO 3.º

1. O capital social no valor de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 36.000,00 (trinta e seis mil kwanzas), pertencente ao sócio Mário Ismael Nhandamo de Abreu Pereira da Gama e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 32.000,00 (trinta e dois mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Anabela Nhandamo Pereira da Gama e Aquina do Carmo de Oliveira Nhandamo Pereira da Gama e uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Aniceto Alberto Domingos Vahekeni.

Declara ainda o mesmo, que mantêm-se firmes e válidas as demais disposições do pacto social, não alteradas pela presente escritura.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Março de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

(15-7313-A-L02)

Frangec, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 17, do livro de notas para escrituras diversas n.º 402, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, alteração ao pacto social da sociedade «Frangec, Limitada».

Primeiro: — Erasmo Fausto Medeiros de Carvalho, solteiro, maior, natural de Waco-Kungo, Província da Kuanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maculusso, Rua 3, Prédio n.º 79, 3.º andar, Apartamento B, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de sua filha menor Erica Vanessa Ferreira de Carvalho, e consigo convivente;

Segundo: — Luís Filipe Raposo Gonçalves, casado com Henriqueta Carlos Ferreira Gonçalves, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Casa n.º 80, Zona 5;

Que, pela presente escritura e conforme deliberado em Assembleia de Sócios datada de 18 de Março de 2015, tal como consta da acta que no fim menciono e arquivo, o sócio Luís Filipe Raposo Gonçalves, cede a totalidade da sua quota pelo seu valor nominal à sócia Erica Vanessa Ferreira de Carvalho, valor este já recebido pelo cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação, apartando-se deste modo definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar.

Que, a cessão foi efectuada livre de quaisquer ônus, encargos ou obrigações.

Que o primeiro outorgante, aceita em nome da sua representada a cessão nos precisos termos exarados.

Que, a sociedade e o sócio Erasmo Fausto Medeiros de Carvalho, prescindem do seu direito de preferência ao abrigo do artigo 5.º do pacto social e admitem a representação do primeiro outorgante na sociedade como nova sócia.

Em função dos actos praticados altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz. 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencente, aos sócios Erasmo Fausto Medeiros de Carvalho e Erica Vanessa Ferreira de Carvalho, respectivamente.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

(15-7314-L02)

EPCSL — Empresa de Produção e Comércio de Sementes, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 9, do livro de notas para escrituras diversas n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Bruno Manuel Pereira Burity, casado com Sónia Alexandra da Costa Coimbra Burity, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Liga Africana, Edifício Atrium, 4.º andar, Apartamento B;

Segundo: — Osvaldo Cláudio Pinheiro Ferrão, casado com Edite Fandinga Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Américo Júlio de Carvalho, Casa n.º 71;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 6 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
EPCSL — EMPRESA DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO
DE SEMENTES, LIMITADA**

CAPÍTULO I.

Firma, Sede, Duração e Objecto

**ARTIGO 1.º
(Firma)**

A sociedade é constituída sob a forma de sociedade por quotas e adopta a firma «EPCSL — Empresa de Produção e Comércio de Sementes, Limitada».

**ARTIGO 2.º
(Sede)**

1. A sociedade tem a sua sede em Luanda, Município de Belas, Urbanização Nova Vida, Rua 65, Casa n.º 152, podendo ser deslocada, por deliberação da Assembleia Geral, nos limites da lei.

2. A Assembleia Geral poderá criar e encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas locais de representação da sociedade, em território nacional ou no estrangeiro.

**ARTIGO 3.º
(Duração)**

A sociedade durará por tempo indeterminado.

**ARTIGO 4.º
(Objecto)**

1. A sociedade tem por objecto a actividade de produção e comercialização de sementes agrícolas.

2. A sociedade, por deliberação da Assembleia Geral, poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade ilimitada, participações em sociedades com objecto diferente do seu ou em sociedades reguladas por leis especiais, bem como em agrupamentos de empresas e consórcios.

**CAPÍTULO II
Capital Social, Quotas e Obrigações**

**ARTIGO 5.º
(Capital social)**

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas) e corresponde à soma das seguintes quotas:

- Uma quota com o valor nominal de Kz: 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil kwanzas), detida por Osvaldo Cláudio Pinheiro Ferrão; e
- ii) Uma quota com o valor nominal de Kz: 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil kwanzas), detida por Bruno Manuel Pereira Burity.

**ARTIGO 6.º
(Prestações suplementares)**

Nos termos e dentro dos limites legais, poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao valor global de três vezes o montante do capital social.

**ARTIGO 7.º
(Obrigações e títulos negociáveis)**

A sociedade poderá emitir obrigações ou quaisquer outros títulos negociáveis, em qualquer das modalidades legalmente admissíveis.

**ARTIGO 8.º
(Cessão de quotas)**

1. A cessão total ou parcial de quotas a terceiros carece do consentimento expresso dos sócios e da sociedade, sendo deferido por esta ordem o direito de preferência na sua aquisição.

2. Caso vários sócios concorram no exercício do direito de preferência, a quota em causa será dividida, cabendo a cada sócio uma parte proporcional à respectiva quota.

3. O sócio que queira ceder a sua quota a terceiros deverá comunicar tal intenção aos sócios e à sociedade, indicando o cessionário e todas as condições da cessão.

4. A recusa do consentimento e o exercício do direito de preferência têm de ser comunicados ao sócio cedente no prazo máximo de 60 dias após a data de recepção da comunicação prevista no número anterior.

5. A falta de resposta à notificação, pela sociedade e pelos restantes sócios, no prazo em que lhes incumbe dá-la, será entendida como autorização para a cessão e renúncia por parte dos restantes sócios aos respectivos direitos de preferência.

ARTIGO 9.º
(Amortização de quotas)

1. A sociedade poderá deliberar a amortização de qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um sócio;
- b) Em caso de arrolamento, arresto ou penhora da quota ou de insolvência do sócio;
- c) Em caso de transmissão ou oneração não consentida pela sociedade;
- d) Quando o sócio praticar acto que viole o pacto social ou as obrigações sociais, designadamente prejudicando o bom nome, a credibilidade ou a actividade da sociedade, nomeadamente por exercer actividade concorrente com a dela.

2. A deliberação referida no número anterior deverá ser tomada nos noventa dias subsequentes ao conhecimento do facto que permite a amortização.

3. A amortização prevista nos números anteriores deverá ser feita pelo valor nominal da quota, sem prejuízo dos casos em que a lei imponha critério diverso. Em alternativa, a sociedade poderá adquirir a quota ou fazê-la adquirir proporcionalmente pelos demais sócios ou por terceiro.

CAPÍTULO III
Assembleia Geral

ARTIGO 10.º
(Reuniões e convocação)

1. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que a gerência o entenda conveniente ou quando o requerer qualquer sócio, nos termos da lei.

2. A Assembleia Geral será convocada por qualquer um dos gerentes ou pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, caso esta tenha sido nomeada.

3. A Assembleia Geral será convocada por qualquer um dos meios legalmente admissíveis, expedida com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias sobre a data fixada para a sua realização.

ARTIGO 11.º
(Participação e representação)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios, ainda que impedidos de exercer o seu direito de voto.

2. Os sócios, independentemente de serem pessoas singulares ou colectivas, poderão fazer-se representar por qualquer pessoa, por intermédio de simples carta dirigida ao Presidente da Assembleia Geral.

ARTIGO 12.º
(Competência)

Estarão sujeitas a deliberação dos sócios, além de outras que a lei indicar, as seguintes matérias:

- a) A amortização de quotas, a aquisição, a alienação e a oneração de quotas próprias e o consentimento para a divisão ou cessão de quotas;
- b) A exclusão de sócios;
- c) A designação e destituição de membros do Conselho de Gerência e do Conselho Fiscal;
- d) A aprovação do relatório de gestão e das contas de exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos, bem como a aprovação de planos de negócios plurianuais e orçamentos;
- e) A exoneração da responsabilidade dos membros do Conselho de Gerência ou do Conselho Fiscal;
- f) A proposição de acções pela sociedade contra sócios, membros do Conselho de Gerência ou do Conselho Fiscal, bem como a desistência e transacção nessas acções;
- g) A alteração do contrato de sociedade;
- h) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso da sociedade dissolvida à actividade.

CAPÍTULO IV
- Gerência

ARTIGO 13.º
(Composição)

A administração da sociedade compete a sócio Osvaldo Cláudio Pinheiro Ferrão, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

ARTIGO 14.º
(Competência)

Os gerentes devem praticar os actos que forem necessários ou convenientes para a realização do objecto social, com respeito pelas deliberações dos sócios, tendo ainda competência para as seguintes matérias:

- a) A alienação ou oneração de bens imóveis;
- b) A alienação, a oneração e a locação de estabelecimento;
- c) A subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração;
- d) Contracção de empréstimos junto de instituições de crédito.

ARTIGO 15.º
(Delegação)

Os gerentes podem delegar nalgum ou nalguns deles competência para determinados negócios ou espécies de negócios.

ARTIGO 16.º
(Forma de obrigar)

A sociedade obriga-se:

- a) Com a assinatura de um gerente;
- b) Com a assinatura de um ou mais mandatários, nos termos das respectivas procurações.

CAPÍTULO V
Disposições Gerais e FinaisARTIGO 17.º
(Exercício)

O exercício coincide com o ano civil.

ARTIGO 18.º
(Lucros)

A Assembleia Geral poderá, para cada exercício, deliberar não distribuir lucros aos sócios.

ARTIGO 19.º
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei.
2. Serão liquidatários os gerentes em funções, salvo se a Assembleia Geral deliberar em contrário.

ARTIGO 20.º
(Foro)

Quaisquer litígios que oponham a sociedade aos sócios ou a membros dos órgãos sociais serão dirimidos no Foro da Província onde se situe a sede social.

(15-7317-L02)

Royer Group, Limitada

Certifico que, por escritura de 5 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 33, do livro de notas para escrituras diversas n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Rony de Almeida Fonseca Romero, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kinaxixi, Rua de Timor, Prédio n.º 40, 3.º andar;

Segundo: — João Paulo Martins Mayer, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires de Kifangondo, Rua 20, Bloco 48, 4.º andar, Apartamento 19;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 6 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ROYER GROUP, LIMITADACLÁUSULA 1.º
(Firma e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Royer Group, Limitada», com sede em Luanda, Rua Amílcar Cabral, Prédio n.º 35, 6.º andar, Apartamento 27, Bairro Ingombota, Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, podendo ser transferida livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir sucursais, filiais, delegações, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

CLÁUSULA 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

CLÁUSULA 3.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, formação, serviços de tradução, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, agro-pecuária, pescas, transportes, agricultura, turismo e hotelaria, construção civil, telecomunicações, informática, importação e exportação, venda de material informático, comercialização de telefones; compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

2. A sociedade através de deliberação poderá ampliar o seu objecto social, podendo exercer qualquer actividade comercial ou industrial permitida por lei.

CLÁUSULA 4.º
(Capital social)

1. O capital social, integralmente realizado em numerário, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) representado pelas seguintes quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente ao sócio Rony de Almeida Fonseca Romero.
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente a sócio João Paulo Martins Mayer.

2. O capital social deverá ser integralmente subscrito até a outorga da escritura pública.

3. Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que forem fixadas em Assembleia Geral.

CLÁUSULA 5.^a
(Transmissão de participações sociais)

As cessões de quotas entre os sócios são livres, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, gozando os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo, do direito de preferência.

CLÁUSULA 6.^a
(Gerência)

1. A administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, incumbem aos dois sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando uma assinatura dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar a pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. A constituição, subscrição ou a aquisição de participações noutras sociedades não depende de prévia deliberação da Assembleia Geral.

4. Fica vedado à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes, bem como a prestação de garantias reais, respondendo para o efeito por perdas e danos se transgredir esta cláusula.

CLÁUSULA 7.^a
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral será presidida pelo sócio gerente ou pelo seu representante legal.

2. Os sócios podem, livremente, através de procuração, designar quem os represente na Assembleia Geral, desde que a sociedade seja informada com 24 horas de antecedência sobre a data em que a mesma se deverá realizar.

3. A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas aos sócios com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreve formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

CLÁUSULA 8.^a
(Lucros)

1. Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas de houver.

2. Os sócios por maioria simples poderão deliberar a não distribuição de dividendos.

3. Os sócios não poderão reiteradamente impedir a distribuição de dividendos, considerando-se como tal cinco anos consecutivos.

CLÁUSULA 9.^a
(Anos sociais)

Os anos sociais são os civis e os balanços serão apresentados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados a 31 de Março imediato.

CLÁUSULA 10.^a
(Protecção de participações sociais)

A sociedade reserva-se ao direito de amortizar a quota de qualquer sócio quando sobre ela recaiam arrestos, penhoras ou qualquer outra providência cautelar.

CLÁUSULA 11.^a
(Aquisição de participações sociais)

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades comerciais com objecto social idêntico ou não, desde que sejam de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA 12.^a
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou incapacidade de nenhum dos sócios ou seus representantes, continuando com os sobreviventes ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio do falecido ou incapaz, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha, será efectuada como acordarem.

3. Na falta de acordo e se algum dos sócios pretender, será o activo social licitado em globo, com obrigação de pagamento de passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

CLÁUSULA 13.^a
(Disposições finais e transitórias)

1. Os casos que constituam omissões nos termos do presente estatuto serão supridos por deliberação da Assembleia Geral de sócios e pelas disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação vigente em Angola.

2. Os sócios, através de deliberações, poderão derogar as normas dispositivas da Lei das Sociedades Comerciais.

(15-7336-L02)

INVESTIMENTO VENÂNCIO ZELA MUXIMA
— Importação, Limitada

Certifico que, por escritura de 29 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 43, do livro de notas para escrituras diversas n.º 402, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Domingos Venâncio, casado com Domingas Mateus Pinto Venâncio, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Tala-Hady, Casa n.º 22-A;

Segundo: — Marlene Sebastião Venâncio, solteira maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Tala Hady, Rua do Comércio, Casa n.º 22-A;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 30 de Abril de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
INVESTIMENTO VENÂNCIO ZELA MUXIMA
— IMPORTAÇÃO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «INVESTIMENTO VENÂNCIO ZELA MUXIMA — Importação, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua da Liberdade, Casa n.os 28/29, Bairro Maria Eugénia Neto, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantários, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, colégios, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casinos, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria prestação de serviços, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Domingos Venâncio e outra quota no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Marlene Sebastião Venâncio, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Domingos Venâncio, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o eleito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência; isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7354-L02)

HIGIQUÍMICA — Indústria de Químicos e Saúde Pública, Limitada

Mudança da sede, alteração do objecto social, aumento do capital social, cessão de quotas, admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social da sociedade «HIGIQUÍMICA — Indústria de Químicos e Saúde Pública, Limitada».

Certifico que, por escritura de 10 de Dezembro de 2014, lavrada com início a folhas 39, do livro de notas para escrituras diversas n.º 237-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante António Kiese Lopes Eduardo, Auxiliar de Notário do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Isabel Gaspar Sebastião, solteira, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro do Rangel, Rua 27, Casa n.º 6;

Segundo: — Felizarda Wete Luvito, solteira, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Kinanga, Rua Dr. Agostinho Neto, Casa n.º 21;

Terceiro: — Vasco António Pires Duarte, divorciado, natural de Entroncamento, Portugal, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Nossa Senhora da Muxima, n.º 1, 3.º andar, Apartamento 42;

Quarto: — Pedro Sebastião, casado com Margarida Mamedes de Oliveira Fortunato Sebastião, sob o regime de comunhão adquiridos, natural do Icolo e Bengo, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Fernão Mendes Pinto, Casa n.º 81;

Quinto: — Maria Helena Rosa Lopes Pinto Dória, casada com Luís Manuel Carvalho Pinto Dória, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Torres Novas, Portugal, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Nossa Sr.ª da Muxima, n.º 1, 3.º andar, Apartamento 42;

Sexto: — Fernando Olímpio Fernandes Dias, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Karl Marx, Casa n.º 24;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação.

Os mesmos declararam:

Que, o primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «HIGIQUÍMICA — Indústria de Químicos e Saúde Pública, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Nossa Senhora da Muxima, n.º 223, r/c constituída por escritura pública datada de 12 de Março de 2013, lavrada com início a folha 50, do livro de notas para escrituras diversas n.º 300, deste Cartório Notarial, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 1002-13, titular do Número de Identificação Fiscal 5417215430, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por cinco quotas, sendo a primeira quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel Gaspar Sebastião, uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Felizarda Wete Luvito e outras três quotas iguais, no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Vasco António Pires Duarte, Pedro Sebastião e Maria Helena Rosa Lopes Pinto Dória, respectivamente.

Que, pela presente escritura e conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, tal como decorre da Acta que no final se menciona e arquiva, os outorgantes mudam a sede da sociedade do Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Nossa Senhora da Muxima, n.º 223, r/c para o Município do Cacuaco, Kaop Park, Lote 56.

Pelo primeiro outorgante foi dito:

Que, divide a sua quota em duas novas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), que reserva para si e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), que cede ao sexto outorgante (Fernando Olímpio Fernandes Dias) pelo seu respectivo valor nominal, valor este já recebido pelo cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação.

Pelo segundo outorgante foi dito:

Que, divide a sua quota em duas novas quotas, no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, e as cede ao terceiro e quinto outorgantes, respectivamente (Vasco António Pires Duarte e Maria Helena Rosa Lopes Pinto Dória), pelos seus respectivos valores nominais, valores estes já recebidos pelo cedente que aqui lhe dá a res-

pectiva quitação, apartando-se, deste modo, definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar.

Pelo quarto outorgante foi dito:

Que, cede a totalidade da sua quota ao sexto outorgante (Fernando Olímpio Fernandes Dias), pelo seu respectivo valor nominal acima referido, valor este já recebido pelo cedente e que aqui lhe dá a respectiva quitação, apartando-se, deste modo, definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar;

Pelo terceiro outorgante foi dito:

Que, aceita a referida cessão nos precisos termos exarados e unifica a quota ora aceite com a que já detinha na sociedade, passando, assim, a deter uma nova quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas).

Pelo quinto outorgante foi dito:

Que, aceita a referida cessão nos precisos termos exarados e unifica a quota ora aceite com a que já detinha na sociedade, passando, assim, a deter uma nova quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas).

Pelo sexto outorgante foi dito:

Que, aceita as referidas cessões nos precisos termos exarados e unifica as quotas ora aceites, passando, assim, a deter uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas);

Pelos cinco primeiros outorgantes foi dito:

Que, tanto eles como a sociedade, prescindem do seu direito de preferência ao abrigo do artigo 5.º do pacto social, dão o seu consentimento e admitem o terceiro outorgante como sócio.

Pelo primeiro, terceiro, quinto e sexto outorgantes foi dito:

Que, aumentam o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) para Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas), sendo o valor do aumento de Kz: 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil kwanzas), que já deu entrada na Caixa da Social, resultante da subscrição de quatro novas quotas, nos termos abaixo descritos:

- a) Uma quota no valor nominal de Kz: 3.960.000,00 (três milhões novecentos e sessenta mil kwanzas), subscrito pela primeira outorgante;
- b) Três quotas no valor nominal de Kz: 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil kwanzas), cada, subscritas pelo terceiro, quinto e sexto outorgantes, respectivamente.

A primeira outorgante declarou:

Que, unifica a quota ora subscrita com a que já detinha na sociedade, passando, deste modo, a deter uma nova quota no valor nominal de Kz: 4.000.000,00 (quatro milhões de kwanzas).

Pelo terceiro, quinto e sexto outorgantes foi dito:

Que, igualmente, unificam as quotas ora subscritas com as que já detinham na sociedade, passando cada um deles a deter uma nova quota no valor nominal de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas).

Pelo primeiro, terceiro, quinto e sexto outorgantes foi também dito:

Que, acrescem ao objecto social as actividades de fabricação de sabões, sabonetes, sabão líquido, álcool gel e outros detergentes.

Que, todos os actuais sócios são nomeados gerentes da sociedade, e que bastam duas assinaturas conjuntas, para obrigar a validade da sociedade, podendo os sócios nomearem procuradores com amplos poderes para gerirem a sociedade.

Que, em função dos actos praticados altera-se a redacção dos artigos 1.º, 3.º, 4.º e 6.º do pacto social que passa a ser as seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação HIGIQUÍMICA — Indústria de Químicos e Saúde Pública, Limitada», com sede em Luanda, Município do Cacuaco, Kaop Park, Lote 56, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto a fabricação de sabões, sabonetes, sabão líquido, álcool gel e outros detergentes, exploração de indústria química em geral, as actividades dela derivadas ou com elas relacionadas, e o exercício do comércio de produtos químicos e afins e a prestação de serviços relacionadas com o seu objecto.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo a primeira quota no valor nominal de Kz: 4.000.000,00 (quatro milhões de kwanzas), pertencente à sócia Isabel Gaspar Sebastião, a segunda quota no valor nominal de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), pertencente ao sócio Vasco António Pires Duarte, a terceira quota no valor nominal de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), pertencente à sócia Maria Helena Rosa Lopes Pinto Dória e a quarta quota no valor nominal de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), pertencente ao sócio, Fernando Olímpio Fernandes Dias.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, incumbe a todos os sócios que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando duas assinaturas conjuntas para obrigar a validade da sociedade, podendo os sócios nomearem procuradores com amplos poderes para gerirem a sociedade.

Declaram ainda os mesmos que todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura, mantêm-se firmes e válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 21 de Abril de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

(15-7355-L02)

Marcoped, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Abril de 2015, lavrada com início a folhas 15, do livro de notas para escrituras diversas n.º 402, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Marcolino José Daniel, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, onde reside habitualmente, no Município do Huambo, Bairro Bom Pastor, Casa n.º 122;

Segundo: — Mbalundo Pedro Alberto, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Américo Boavida, Casa n.º 10;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 29 de Abril de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MARCOPED, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Marcoped, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua dos Enganos, n.º 1, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade terá por objecto social a prestação de serviços, comércio a grosso e retalho, importação e exportação, actividade relacionada com o ramo aeronáutico nomeadamente transporte aéreo de carga e passageiros não regular transporte rodoviário, transporte marítimo e fluvial, telecomunicações, informática construção civil e obras públicas, exploração mineral e florestal, pescas, agro-pecuária, agên-

cia de viagens, educação, cultura e ensino, serviços de protecção e segurança privada, serviços de saúde e farmácia, indústria, hotelaria e turismo, padarias e gelatarias, transporte, serviços de carga e descarga, pode participar em sociedades com quotas ou como accionista, podendo dedicar-se a outras actividades em que os sócios acordarem que sejam permitidas por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social e de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), subscrito e está integralizar realizado em dinheiro distribuídos da seguinte forma: Marcolino José Daniel, uma quota de Kz: 55.000,00 (cinquenta e cinco mil kwanzas), Mbalundo Pedro Alberto, uma quota no valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas).

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Marcolino José Daniel, que faz desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7356-L02)

Calfred, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 45, do livro de notas para escrituras diversas n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Frederico Manuel Paulo André, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua do Kicombo, Casa n.º 52-A;

Segundo: — Carlos Leal da Silva, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua de Benguela, Casa n.º 403-A;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 7 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CALFRED, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Calfred, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, no Lar do Patriota, Rua

n.º 87, Casa n.º FI-07, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, venda e instalação de material industrial, venda de peças sobressalentes, exploração de bombas de combustíveis, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços informáticos e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporté, fabricação de blocos e vigotas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencente aos sócios Carlos Leal da Silva e Frederico Manuel Paulo André.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Carlos Leal da Silva e Frederico Manuel Paulo André, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando duas assinaturas dos gerentes para obrigarem validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Ficam vedados aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva for-

malidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7357-L02)

Awms, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio 2015, lavrada com início a folhas 43, do livro de notas para escrituras diversas n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Weizmann Teodoro Isaac Tchaimba Suco, casado com Emanuela Zareth Gonçalves Mendes Tchaimba Suco, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Nova Vida, Rua 52, Casa n.º 11;

Segundo: — Macário da Silva Muzumbi, casado com Ana Bela da Costa Atanásio Alfredo Muzumbi, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Vila Estoril, Bloco 28, 3.º andar, Apartamento D;

Terceiro: — Nicilio Sidney Lussinga Sebastião, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Martires Soares, Rua António F. de Castro, Casa n.º 230;

Quarto: — António Tanda Matias Contreiras, casado com Argentina de Assunção Bento da Silva Contreiras, sob o regime de comunhão adquiridos, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires de Kifangondo, Rua 19, Casa n.º 15-B;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regem nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, aos 7 de Maio de 2015. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTO DA SOCIEDADE AWMS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Awms, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Luanda, Município do Icolo e Bengo, Comuna de Bom Jesus, Estrada n.º 230 ao Km 36, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto, agro-pecuária, pescas e aquicultura, indústria de lacticínios, restauração, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo-marítimo e terrestres, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, exploração mineira, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais.

recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Weizmann Teodoro Isaac Tchaimba Suco, Macário da Silva Muzumbi, Nicilio Sidney Lussingã Sebastião e António Tanda Matias Contreiras, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Weizmann Teodoro Isaac Tchaimba Suco, Macário da Silva Muzumbi, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura dos dois gerentes para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o

sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia à qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7366-L02)

Safenet, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 33, do livro de notas para escrituras diversas n.º 403, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — William Ludgero Varela Lopes, casado com Isalinda Alexandra da Conceição Rodrigues de Gouveia Lopes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Vila Alice, Rua Ferrão de Sousa, PR-53-2D;

Segundo: — Adilson Lukeny Rodrigues de Gouveia, solteiro, maior, natural de Luanda, Província de Luanda, onde reside habitualmente, na Centralidade do Kilamba, Edifício n.º D 25, 8.º andar, Apartamento 84;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 7 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE SAFENET, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação «Safenet, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua dos Presentes, Casa n.º 13, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a construção civil e obras públicas, instalações de soluções de protecção contra queda, fornecimento de equipamento de protecção pessoal, comércio a grosso e retalho, importação e exportação, indústria ligeira, pesada e de transformação, florestal, alimentar, agro-pecuária, suinicultura, transportes rodoviário (camionagem) e marítimos, pesca e derivados de pesca, prestação de serviços, compra e venda de combustíveis e seus derivados, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencente aos sócios Adilson Lukeny Rodrigues de Gouveia e William Ludgero Varela Lopes, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios William Ludgero Varela Lopes e Adilson Lukeny Rodrigues de Gouveia, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão, como acordarem.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7367-L02)

TRESESSES — Investimentos, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 39, do livro de notas para escrituras diversas n.º 403, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Silvino Duarte, solteiro, maior, natural de Pango-Aluquém, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Talatona, Condomínio Morada dos Reis, Torre 2, 8.º andar, Apartamento n.º 803;

Segundo: — Miguel Fernando Ferreira de Almeida e Silva, solteiro, maior, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, Torre B, 2.º andar, Apartamento F;

Terceiro: — Sónia Paula de Abril Querido Semedo, casada com Fernando Miguel Reis Afonso de Sousa, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua António Pinto, Casa n.º 151;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 7 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TRESSESSES — INVESTIMENTOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação social de «TRESSESSES — Investimentos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Condomínio Morada dos Reis, Torre 2, Apartamento n.º 803, Bairro de Talatona, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data de celebração da presente escritura.

3.º

A sociedade tem como objecto social o exercício de comércio geral a grosso e a retalho, hotelaria e turismo, agência de viagens, operador turístico, animação turística, excursões turísticas, restauração, *catering*, casinos, organização de eventos, *rent-a-car*, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transporte de passageiros e transporte de mercadorias, promoção, mediação e comercialização imobiliária, educação, ensino geral, colégios, escolas de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, indústria pesada e ligeira, pesca, agro-pecuária e agricultura, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, compra e venda de viaturas novas e usadas, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência de viaturas, serviços de reboque, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiros, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria,

geladaria, exploração de parques de diversão, lavagem de automóveis, bar, discoteca, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, prestação de serviços, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia Sónia Paula de Abril Querido Semedo, outra quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio António Silvino Duarte e outra quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Miguel Fernando Ferreira de Almeida e Silva, respectivamente.

5.º

Os sócios poderão fazer à sociedade, os suprimentos de que ela carecer, mediante juros e condições de reembolso que acordarem.

6.º

A cessão de cotas entre sócios é livre, mas quando feita a estranhos à sociedade, dependerá do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência na respectiva aquisição.

7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Sónia Paula de Abril Querido Semedo, António Silvino Duarte e Miguel Fernando Ferreira de Almeida e Silva, que ficam desde já nomeados gerentes com dispensa de caução, sendo necessárias duas assinaturas conjuntas, para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar entre si ou em pessoa estranha à sociedade, partes dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por carta registada ou fax, dirigidas os sócios com 15 dias de antecedência da data prevista para sua realização.

9.º

A sociedade não dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sócios sobreviventes e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, serão todos liquidatários e à liquidação e partilha procederão como para ela acordarem.

10.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado globalmente, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

12.º

Em todo omissis regularão as deliberações sociais da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação complementar aplicável.

(15-7368-L02)

U. L. A. — Union Logistics Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 63, do livro de notas para escrituras diversas n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Mauro António Ferreira Marques, casado com Bernarda Mendes da Costa Ferreira Marques, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Urbanização Nova Vida, Rua 127, Casa n.º 1324, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e em representação de seus filhos menores, Jozimo Mauro da Costa Ferreira Marques, de 12 anos de idade, Nayma Rafaela da Costa Ferreira Marques, de 10 anos de idade e Mauro António Ferreira Marques Júnior, de 4 anos de idade ambos naturais de Luanda e consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 7 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE

U. L. A. — UNION LOGISTICS ANGOLA, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «U. L. A. — Union Logistics Angola, Limitada», com sede social em

Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Presidente Marien Ngouabi, Prédio n.º 3.º andar, Apartamento B.

Por deliberação da gerência, poderá a sociedade transferir a sua sede para qualquer outro local, dentro da Província de Luanda, podendo ainda, nos mesmos termos, criar ou extinguir filiais, sucursais, delegações, agências ou quaisquer outras formas locais de representação, no território nacional.

A criação fora do território Angolano de sucursais ou quaisquer outras formas de representação depende do consentimento da Assembleia Geral.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

3.º

O objecto social da sociedade consiste na prestação de serviços não especificados, comércio geral por grosso e retalho, comercialização de produtos químicos para betão betuminosos, construção civil e obras públicas, representações industriais, relações públicas, comercialização de material informático, comercialização de material de telecomunicações, salão de beleza, hotelaria, fiscalização de obras, arquitectura, consultoria diversificada, apoio à construção na vertente de projectos, medições, orçamentação, promoção, coordenação, exploração de empreendimentos imobiliários, importação e exportação, comercialização de materiais de construção e decoração, moda e confecções, transportes marítimos, comercialização de viaturas novas e usadas, serviços de táxis rodoviários, comercialização de perfumes e produtos de estética, exploração de parques e bombas de combustíveis, comercialização de medicamentos e todo tipo de fármacos, protecção e segurança, agências de viagens, comercialização de material hospitalar e gastáveis, prestação de serviços médicos, hospitais, formação técnica nas áreas anteriormente referidas.

A sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios deliberem e desde que permitido por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Mauro António Ferreira Marques, Jozimo Mauro da Costa Ferreira Marques, Nayma Rafaela da Costa Ferreira Marques e Mauro António Ferreira Marques Júnior.

5.º

As cessões de quotas a estranhos ficam dependentes do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência e Administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Mauro António Ferreira Marques, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

O sócio-gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreve formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios e na proporção serão suportadas as perdas se as houver.

9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes dos sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, todos serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer

entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, às disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-7369-L02)

VISÃO & SOLUÇÕES — M.A (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8, do livro-diário de 7 de Maio do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Marcolino Afonso Adelino, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural de Quilenda, Província do Kwanza-Sul, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Condomínio Jardim de Rosa, 1.ª, BL, Rua 9, Ed 19, 1.º andar, Apartamento - 101, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «VISÃO & SOLUÇÕES — M.A (SU), Limitada», registada sob o n.º 2.296/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 7 de Maio de 2015.
— O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE VISÃO & SOLUÇÕES — M.A (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «VISÃO & SOLUÇÕES — M.A (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Condomínio Jardim de Rosa, 1.ª, BL, Rua 9, Ed 19, 1.º A, Apartamento 101, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio e prestação de serviços, *marketing*, publicidade e comunicação, acessória, consultoria empresarial, gestão e produção de eventos, consultoria, auditoria, agenciamento de viagens, geral a grosso e a retalho, restauração, serviços de transportes aéreo, marítimo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, botequim, serviços médico-hospitalares, comércio de medicamentos e de material e equipamentos hospitalares, serviços de ourivesaria, indústria pasteleira e panificadora, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz. 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único, Marcolino Afonso Adelino.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de atas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro (15-7376-10).

Organizações Stephadri, Limitada

Certifico que, por escritura de 6 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 54, do livro de notas para escrituras diversas, n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Marcos de Almeida João, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro da Madeira, Casa n.º 156, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seu filho, Adriano Stephane Sorry João, de 2 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Esta conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 7 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES STEPHADRI, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Organizações Stephadri, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro da Madeira, Casa n.º 156, Zona 5, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, serralharia, carpintaria de alumínio, agro-pecuária, indústria, hotelaria e

turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, *cyber* café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios, Marcos de Almeida João e Adriano Stephane Sorry João, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Marcos de Almeida João, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer

dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7377-A-III (L02))

PREATEC — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 7 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 84, do livro de notas para escrituras diversas n.º 264-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Marx Gumbo Quessongo, solteiro maior, natural do Cubal, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Camama, Rua 14, Casa n.º 2;

Segundo: — Advaldo João dos Santos, solteiro maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Gastão de Sousa Dias, n.º 1;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regeerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 8 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PREATEC — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «PREATEC — Prestação de Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Cacuaco, Centralidade de Cacuaco, Lote 4, Edifício 24, 1.º andar, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, formação profissional, comércio a grosso e a retalho, aquacultura, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Marx Gumbo Quessongo e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Edvaldo João dos Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Marx Gumbo Quessongo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de causa, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados na Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social liquidado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-7462-L02)

Gráfica Nalusousa, Limitada

Certifico que, por escritura de 7 de Maio de 2015, lavrada com início a folhas 60, do livro de notas para escrituras diversas n.º 403, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Nazarete Gouveia de Sousa, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Rangel, Casa F, Zona 15;

Segundo: — Luís Gouveia de Sousa, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Lino Amezaga, Bloco C-2, Apartamento F;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 8 de Maio de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
GRÁFICA NALUSOUSA, LIMITADA.

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Gráfica Nalusousa, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Lino Amezaga, Bloco C-2, F, Zona 11, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nomi-

nal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luís Gouveia de Sousa e Nazarete Gouveia de Sousa, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Nazarete Gouveia de Sousa, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus, herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissivo regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-7463-L02)

Organizações Peter Weber (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 6, do livro-diário de 5 de Maio do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Pedro Nsungani Tando, solteiro maior, de nacionalidade angolana, natural da Samba, Província de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Município de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Viana, Rua Hoji-ya-Henda, Casa n.º 38, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Organizações Peter Weber (SU), Limitada» com sede em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, na Rua Hoji-ya-Henda, Casa n.º 65, registada sob o n.º 2.249/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Maio de 2015.
— O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES PETER WEBER (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

1. A sociedade adopta o tipo de sociedade por quotas e a denominação «Organizações Peter Weber (SU), Limitada», com sede em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, na Rua Hoji-ya-Henda, Casa n.º 65, Sede, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

2. A gerência poderá ainda abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional e internacional onde e quando os sócios entenderem conveniente e bem como adquirir e par-

ticipar no capital de outras empresas, bem como constituir associações e consórcio onde e quando convier aos sócios associados que sejam os requisitos legais.

ARTIGO 2.º

(Duração)

1. A sua duração é por tempo indeterminado, e a sua existência jurídica conta-se a partir da data da celebração da presente escritura pública.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social o exercício de comércio geral, por grosso e a retalho, empreitada de construção civil, indústria, pesca, agro-pecuária, aviação, hotelaria, turismo, informática e telecomunicações, construção civil e obras públicas, consultoria, modas e confecções, transporte marítimo, camionagem, agente despachante, montagem de posto de transformação de energia eléctrica, prestação de serviços de recrutamento e fornecimento de mão-de-obra especializada e não especializada em empresas nacionais ou estrangeiras, transitários, cabotagem, hotelaria e turismo, restauração, comercialização imobiliária, *rent-a-car*, importação e venda de veículos automóveis e seus acessórios, aluguer de veículos automóvel com ou sem condutor, reparação de veículos motor, automóvel, concessionária de material e peças separadas de transportes, comercialização de combustíveis e lubrificantes, óleos, medicamentos, material cirúrgico gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica geral, perfumaria, prestação de serviços de internet, venda de material de escritório e escolar, decorações, salão de cabeleireira, boutique, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, venda de mobiliários, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, produção de espectáculos culturais, prestação de serviços, representações comerciais, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviços, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, video clube, exploração mineira e florestal, manutenção de espaços verdes e jardinagem, moageiros, saneamento básico, material de construção e cerâmica, desalfandegamento de mercadorias diversas, recolha e reciclagem de resíduos sólidos, colégios, creche, educação e cultura, ensino, importação e exploração, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

§Único: — Para persecução do seu objecto social, a sociedade poderá agrupar-se com outras sociedades ou empresas nacionais ou estrangeiras com objectos similares e de acordo com a lei.

ARTIGO 4.º

(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado pelo único-sócio no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Nsungani Tando.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

1. A cessão de quota implica a saída do socio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

1. As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia geral deverão ser registadas em acta por ele assinada e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissoluções)

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

1. A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/01, de 13 de Fevereiro.

(15-7464-L02)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda,
2.ª Secção Guiché Único da Empresa — Anifil**

CERTIDÃO

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Anifil.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 1 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 082/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Valdimir Afonso Rodrigues de Sousa, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, casa s/n.º, Zona 6, que usa a firma «V. Á. R. S. — Construção Civil e Comércio Geral», exerce a actividade de construção geral de edifício, tem escritório e estabelecimento denominado «V. A. R. S. — Construção Civil e Comércio Geral», situado no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, casa s/n.º, Rua 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa — Anifil, em Luanda, a 1 de Setembro de 2014. — A conservadora de 3.ª Classe, *ilegível*.
(14-14523-L03)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro. Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 10, do livro-diário de 30 de Dezembro do corrente ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 613/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Gilberto da Conceição Lourenço Massango, solteiro, maior, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 8, Casa n.º 91, Zona 6, que usa a firma, «G. C. L. M. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce as actividades de comércio a retalho e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominados «SMILE — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», situados em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 8, Casa n.º 91.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, 30 de Dezembro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

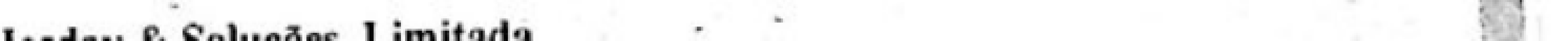
(15-0967-L15)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do
Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 68, do livro-diário de 4 de Maio do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.



Certifico que, sob o n.º 5.199/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Firmino Lourenço, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Boa Esperança, Casa n.º 161, que usa a firma «FIRMINO LOURENÇO — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos farmacêuticos, cosméticos e de higiene, tem escritório e estabelecimento denominado «Farmácia Mamy», situado em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Vidrul, Rua da Petro Siste Vidrul, Casa n.º 161.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, 4 de Maio de 2015. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (15-7332-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa da Empresa

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 20 do livro-diário de 25 de Março do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.136/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual Armando António Vieira, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Casa n.º 14-A, Zona 6, que usa a firma «ARMANDO ANTÓNIO VIEIRA — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a grosso e a retalho n. e., prestação de serviços, denominado «MAKOPI — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua dos 3 Imbondeiros.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, aos 25 de Março de 2015. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

(15-4765-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 10, do livro-diário de 28 de Abril de 2015, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 12317 folha 43 do Livro B ficou registado o comerciante individual Joaquim Emílio Filipe, solteiro, maior, residente em Luanda, no Bairro Cassequel do Buraco, Rua 56, Casa n.º 21; actividade agricultura, exploração agrícola, comércio geral, estabelecimento «Joaqfil», situado em Cacuaco, no Bairro dos Mulenvos, 4 de Fevereiro.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, de Luanda, aos 28 de Abril de 2015. — O conservador, *ilegível*. (15-7062-L01)

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.140217;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Zhang Laixi, com NIF 10000G616740716, registada sob o n.º 2014.1306;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, levantada o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Zhang Laixi;

Identificação Fiscal: 10000G616740716;

Matrícula — Averbamentos — Anotações

AP.2/2014-02-17 Matrícula

Zhang Laixi, solteiro, maior, de nacionalidade chinesa, residente em Luena, no Bairro Manguxi, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome exerce as actividades comércio, retalho, prestação de serviços não especificado de material de construção civil, tem escritório e estabelecimento situado no Luena.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico, aos 19 de Fevereiro de 2014. — O Conservador de 1.ª Classe, Alberto Chicomba. (15-7068-L01)